Data: 17 de dezembro de 2015.
Horário: 08h às 13h
Local: Auditório Anne Marie – SESA
Conselheiros membros – Gestão 2012-2015

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Luiz Américo Delphin	Justificativa	Titular	SINDPETRO
	Luciano Zanetti	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Ausente	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Justificativa	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Ademir Vidolin	Ausente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Ausente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Ausente	Suplente	Força Sindical
5	Giovane Caetano da Silva	Ausente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Santo Batista Aquino	Presente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Justificativa	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Ausente	Suplente	IMOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Justificativa	Suplente	ANEPS
9	Rachel Pontes Maciel Romaniv	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	João Maria Castro	Presente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Justificativa	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Justificativa	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Presente	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Acir Ribeiro de Queiros	Justificativa	Suplente	FAMOPAR
13	Jiovany do Rocio Kissilevicz	Ausente	Titular	CMP
	Natal Batista	Justificativa	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Maria Natividade de Lima	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Justificativa	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Ausente	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
18	Sonia Aparecida Pinheiro Pereira	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras

	Erika Pereira de Souza	Justificativa	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Mauricio Portella	Presente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Emilia Vella Falleiros Neta	Presente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Presente	Suplente	AATO
21	Juliano Del Gobo	Ausente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Presente	Suplente	CRN
22	Olga Laura Peterlini	Justificativa	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Carlos Eduardo Coradassi	Ausente	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Christine Paschenda Pereira Pinto	Presente	Suplente	CRO
25	Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes	Ausente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Lincoln Ramos e Silva	Presente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Justificativa	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Ausente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Artemizia Bertolazzi Martins	Justificativa	Suplente	FEMIPA
29	Rangel da Silva	Justificativa	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Justificativa	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Luiz Fernando Zanon de Almeida	Presente	Suplente	ACISPAR
31	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Titular	UEL
	Rita de Cássia Domansky	Justificativa	Suplente	UEL
32	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Presente	Titular	UEM
	Hermes de Souza Baroza	Presente	Suplente	UEM
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Ausente	Titular	COSEMS
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	COSEMS
34	Eliane Chomatas	Ausente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Sezifredo Paulo Alves Paz	Presente	Titular	SESA
	Cleide Aparecida de Oliveira	Presente	Suplente	SESA
36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde

	Jorge Stoianov Filho	Presente	Suplente	Ministério da Saúde

1. Expediente Interno
2. Ordem do Dia

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora
Encaminhamentos Mesa Diretora:
Justificativas e substituições
Leitura de Expedientes
1° Assunto: Operação Verão: informações;
2° Assunto: Proposta de Agenda Mínima 2016 e Proposta de Calendário 2016;
3º Assunto: Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (pauta permanente);
4° Assunto: Comissões.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

(F1) Sr. Antônio Garcez (COSEMS) Pede que os conselheiros levantem os crachás para contagem de quórum, quórum adequado. Passou para a ordem do dia. Dá início a ducentésima vigésima sétima reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná, na data de dezessete de dezembro de dois mil e quinze, com atraso de quinze minutos do início da reunião devido à troca de horário que estão acostumados a iniciar às oito e trinta horas. Passou para a ordem do dia. Aprovação da pauta. Em discussão. **D. Rosalina (ASSEMPA)** Comissão de Comunicação e Educação Permanente pediu ponto de pauta. **Sr. Jeremias (UEL)** Comissão de Orçamento também pediu ponto de pauta. **Sr. Jonas (CUT)** pediu dois pontos de pauta; medicamentos e da polêmica dos conselheiros em relação aos suplentes. Ontem teve uma discussão dentro da Comissão de Saúde dos Trabalhadores. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** perguntou qual seria o assunto sobre os medicamentos. **Sr. Jonas (CUT)** informou que é a falta de medicamentos nas Regionais, medicamentos que não se acham nas farmácias e é uma questão muito grave. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que tem uma informação de quem vai apresentar a Operação Verão chegará mais tarde, por isso farão uma substituição na pauta, colocando o segundo assunto à frente. Ele disse que partiu de uma discussão da CIST para iniciar uma discussão que se alongará aqui, para que todos possam debater. **Sr. Jonas (CUT)** disse que na data de ontem pactuaram com referência à determinação de que o Conselho custeie os titulares. E que este Conselho viu o grande prejuízo que isso traz e se hoje tem o seguinte, se está o titular e o suplente, os dois estão antenados com o que acontece no Pleno. Se o suplente tem que vir no lugar do titular, ele está sabendo bem o que está em discussão. Quem os orienta bem, o Conselho, são as Comissões. Eles têm problemas de Comissões sem quórum, mesmo tendo o titular e suplente, isso traz uma preocupação muito grande em relação ao Controle Social, sobre a devolução que eles têm que fazer com o Controle Social. Porque terão o prejuízo uma vez que são um Conselho referência no Estado. E se agora conseguiram construir alguma coisa até aqui, com esta decisão ele acha que o Pleno do Conselho Estadual de Saúde do Paraná tem que se preocupar e fazer uma negociação, quem sabe neste primeiro momento, sem ir ao ataque e tentar construir alguma coisa através da Presidência do Conselho, do Secretário. Acha que o Conselho Estadual de Saúde tem contribuído muito com a SESA através do desenvolvimento deste Conselho. Eles têm dado respaldo do Controle Social dentro do Conselho. Que eles consigam fazer uma discussão e consigam avançar. Ele ficou preocupado quando a pessoa colocou que o Conselho não deveria sequer existir. Acha muito preocupante. Não entende qual é o desconhecimento da pessoa sobre o assunto. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** Perguntou se pode colocar este como primeiro assunto e o Jonas já antecipou qual é a situação, porque a pauta depois será tratada a proposta de Agenda, depois vem o Plano Estadual, que é a apresentação do cronograma. E as comissões. Ele irá colocar a aprovação da pauta, então as justificativas e substituições e então a leitura dos expedientes. Colocou em votação. Aprovada pauta. Passou então a palavra para Secretaria Executiva para justificativas e substituições. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** cumprimentou a todos e a todas. Passou as justificativas: Sra. Olga Peterlini, Sr. Rangel da Silva, Sr. Mauricio Duarte Barcos, Sra. Rachel Pontes Maciel Romaniv, Sr. João Maria Chagas, Sra. Artemísia Bertolazzi Martins, Sr. José Carlos Leite, Sra.Rita Domanski,

Sr. Wilson de Souza Silva, Sra. Edna Soares da Silva, Sr. Amaury Alexandrino, Sr. Acir Queiros, Sr. Antonio Pitol, Sra. Erica Pereira de Souza, Sr. Livaldo Bento e chegará atrasada, próximo às onze e trinta horas, Sra. Rosita Wilner, porque está participando da Comissão de Avaliação do HOSPSUS. Informou que não ocorreram substituições na reunião de hoje. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** passou a palavra para a Secretaria da Mesa para a leitura de expedientes. **Sra. Lívia (FAMOPAR)** a Secretaria da Mesa tem para informar que receberam a revista RADIS e que está à disposição para quem quiser ler. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** perguntou se todos receberam o Jornal do HU entregue pelo Conselheiro Jeremias. (alguém falou sem microfone em comunicar que a D. Rosalina saiu no Jornal Folha de Londrina) o Sr. Neto deu continuidade que dentro deste assunto quer adiantar, receberam e tem que tirar dois conselheiros... **Sra. Sonia (CREFITO)** não sabe dizer se é informe, mas de falar sobre a mobilização em relação à nomeação do Coordenador Geral de Saúde Mental e são contra isso, o pessoal da Comissão de Saúde Mental viu isso e não sabe se pautaram isso. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que a Comissão de Saúde Mental não pediu pauta e acha que esse assunto é importante. Tinha que ter pedido pauta. Pede para o Conselho votar na inclusão da Comissão de Saúde Mental na pauta. Os favoráveis erguer os crachás. A Cleide chegou agora também e pediu a inclusão de pauta pela Comissão Organizadora, pois se tornou responsável pela Delegação do Paraná na Conferência Nacional. Os favoráveis erguer os crachás. Aprovado. Seguindo, tem aqui duas nomeações do Comitê Gestor Regional de Urgência da Região Metropolitana de Curitiba. Tem que ser um usuário titular e usuário suplente. Este Comitê não é estadual e sim regional, então, seria coerente serem pessoas da Regional de Curitiba. Dois usuários. Comitê Gestor Regional de Urgência. Até o final da manhã, já assinou a nomeação, tem um termo de adesão para encaminhar ainda hoje este documento. Como combinado, volta para o Jonas, ele já fez uma abertura, pois acha interessante conversarem sobre isso e não ficar dizendo, “eu acho”, “eu quero” e sim definir o caminho que irão seguir. Tem que ser coeso nas falas para tentar uma definição sobre isso. Perguntou ao Sr. Jonas se ele deseja concluir para então prosseguirem. **Sr. Jonas (CUT)** acha que não é necessário, ele foi bem claro no que ele já disse para fazer conclusões e concorda com o Sr. Neto em que este assunto deve ser rápido e ter muito de expor, é fazer o encaminhamento, já fez a sua sugestão na sua fala que poderia ser o Presidente do Conselho e o Secretário fazer uma conversa com o setor e tentar avaliar e dependendo da resposta então tirar outro encaminhamento dentro do Pleno do Conselho. O Pleno tem que se manifestar a este respeito. **Sra. Solange (FESSMUC)** parece que na reunião passada foram feitos alguns encaminhamentos, não sabe se procede da Comissão de Orçamento, ou teve alguma Comissão específica. Ela acha que a Comissão poderia relatar quais encaminhamentos e lá já tinha uma sugestão dos procedimentos a seguir. Ela acha que poderiam fazer um relato breve de como é isso. **Sr. Jeremias (UEL)** disse que na reunião passada, foi criada uma Comissão em função daquele relatório que o Amaury sendo parte da Comissão nomeada para conversar com o Procurador, resolveram fazer uma nova Comissão para elaborar um texto, um documento. A Comissão fez então esta minuta para submeter ao Pleno do Conselho e pediu que passasse também pela Comissão de Orçamento. Ao final da reunião de ontem fizeram a leitura do documento e tem este texto que o Pleno querendo pode apresentar o texto que a Comissão fez e foi apreciada pela Comissão de Orçamento e que ela concorda. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que sim, como já tem alguma coisa encaminhada acha que é bom então, retira da Comissão de Orçamento e submete para apreciação agora Jeremias. **Sr. Jeremias (UEL)** disse que o Sr. Hermes auxiliou a elaborar este documento e passou a palavra para ele fazer a apresentação. **Sr. Hermes (HU Maringá)** o que ficou definido na última reunião é que se faria um texto, uma correspondência que seria encaminhada talvez ao Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretaria de Estado e este texto foi feito como base para todos estes ofícios. A forma de encaminhar isso seria definida pelo Conselho. O texto que foi colocado em resposta ao que saiu da reunião com o Procurador Geral, ele começou com a elaboração pelo Amaury, que não pode estar presente aqui hoje, teve um pouco de colaboração do Sr. Hermes, mais do Jeremias, foi encaminhado aos outros membros da Comissão para que pudessem contribuir com alguma coisa. Ele disse que faria a leitura no Pleno, até porque ontem passou a leitura do texto na Comissão, para ter algumas alterações e os termos seriam estes: “O Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES, considerando a opinião da Procuradoria Geral do Estado sobre o Conselho Estadual de Saúde do Paraná apresentado em reunião a respeito da licitação para contratação do hotel e demais despesas para seu funcionamento em dois mil e dezesseis e apresentada na ducentésima vigésima sexta reunião ordinária pela Comissão Especial manifesta o seu

descontentamento com a referida opinião em que não reconhecem a importância e seus relevantes trabalhos ao longo de todos estes anos de existência. A Constituição Federal de mil novecentos e oitenta e oito, atendendo ao anseio da sociedade consubstanciado no movimento da reforma sanitária que insistia no Controle Social para combater a má aplicação e garantir eficiência na aplicação dos recursos estabeleceu a participação da comunidade como Diretriz do SUS (artigo um nove oito inciso três). A Emenda Constitucional vinte e nove de dois mil, atribuiu aos Conselhos de Saúde a responsabilidade por acompanhamento e fiscalização dos recursos da saúde. Paralelamente ao controle interno exercido pelos Tribunais de Contas, estabelece que os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos em saúde e aos transferidos da União, para a mesma finalidade serem aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no artigo setenta e quatro da Constituição Federal (artigo setenta e sete parágrafo terceiro). A Lei Federal oito mil cento e quarenta e dois de mil novecentos e noventa, regulamentando a Constituição Federal estabelece que o Conselho de Saúde em caráter permanente e deliberativo atua na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. A Lei Federal oito mil cento e quarenta e dois de mil novecentos e noventa, artigo primeiro, estabelece a obrigatoriedade da existência de conselhos em cada esfera de Governo que integra o Sistema Único de Saúde, artigo quarto, que para qualquer ente federado para receber recursos do Sistema Único de Saúde deverá entre outros itens, contar com Conselho de Saúde respectivo. Portanto, para receber recursos da União, obrigatoriamente o Conselho deve estar devidamente regularizado, de forma paritária e em funcionamento. A Lei Federal oito mil e oitenta de mil novecentos e noventa, em seu artigo trinta e três estabelece que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde serão movimentados sob fiscalização dos respectivos conselhos de saúde assim se constitui um importante aliado dos órgãos de fiscalização das administrações públicas. A Lei Complementar um quatro um de dois mil e doze, complementando uma normatização que começou com as Leis oitenta oitenta e oito mil cento e quarenta e dois e amplia as responsabilidades dos Conselhos de Saúde estabelecendo suas atribuições entre outras. Manter-se informado do montante de recursos previstos para transferência da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, com base no Plano Nacional de Saúde, no Termo de Compromisso de Gestão firmado entre União, Estados e Municípios. Discutir Planos Estaduais de Saúde e manter-se informado do montante de recursos previstos para transferência dos estados para os municípios (artigo dezenove parágrafo primeiro). Deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades dos planos Plurianuais, das Leis de Diretrizes Orçamentárias, das Leis Orçamentárias e dos Planos de aplicação dos recursos dos Fundos de Saúde (artigo trinta parágrafo quarto). Avaliação sobre a Gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação (artigo trinta e um inciso terceiro). Por meio de análise de Relatório Quadrimestral detalhado e emissão de parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas pela Lei um quatro um de dois mil e doze. Análise e aprovação da Programação Anual de Saúde, do Plano de Saúde antes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Relatório de Gestão. Auxiliar o Poder Legislativo juntamente com o Tribunal de Contas, o sistema de auditoria do SUS e órgãos de controle interno a fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar um quatro um com ênfase: A) elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual, B) ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e C) a aplicação de recursos mínimos em ações e serviços públicos de Saúde, observadas as regras previstas na Lei um quatro um de dois mil e doze. Avaliar no âmbito de suas atribuições sobre a repercussão da execução da Lei um quatro um de dois mil e doze nas condições de saúde e na qualidade de Serviços de Saúde das populações respectivas e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e oito, apreciar cooperação técnica e financeira da União aos Estados e Municípios para a implementação do disposto no artigo vinte da Lei Complementar um quatro um de dois mil e doze e para modernização dos respeitos Fundos de Saúde na implementação de processos de educação na Saúde e na transferência de tecnologia visando a operacionalização do sistema eletrônico de que trata o artigo trinta e nove, bem como na formulação e disponibilização de indicadores para avaliação de qualidade das ações e serviços públicos de Saúde. Conforme previsto no artigo oitavo da Lei Estadual dez novecentos e treze as funções dos Conselheiros de Saúde não são remuneradas, sendo seu exercício considerado de relevância na preservação da saúde da população, portanto

deve ser respeitado e valorizado este trabalho onde as pessoas são voluntárias, doam seu tempo, conhecimento e gastos com o único objetivo de beneficiar a população de todo o Estado. Também a Resolução quatro cinco três do Conselho Nacional de Saúde em sua terceira Diretriz, parágrafo décimo, ressalta a relevância pública das atividades dos Conselheiros de Saúde. Todas as leis e regulamentos supracitados estabelecem que os Conselhos tenham autonomia e remetem aos Conselhos respectivos a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno para que estabeleçam suas normas e estrutura de funcionamento. No Regimento foram criadas as Comissões internas de caráter permanentes ou podem ser transitórias e que também estão previstas nas legislações citadas, portanto não são criadas sem critérios e necessidade, pois são importante instrumento de assessoramento do Conselho. Por fim, os Conselhos marcaram um importante avanço na participação democrática direta da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas públicas nas diversas áreas contribuindo, no caso da Saúde, para o desenvolvimento do SUS. Dificultar a participação de Conselheiros titulares e suplentes nas reuniões tanto Plenária quanto Comissões, é um retrocesso, pois na afirmação da Procuradoria o suplente tem que arcar com suas despesas para participar, desta forma, teremos as reuniões esvaziadas, pois mesmo com as despesas de alimentação e hospedagem custeadas pelo Poder Público todos têm despesas pessoais que não são ressarcidas. Assim, todas as pessoas que se propõem a ser Conselheiro titular ou suplente, terão gasto para exercer suas funções de forma voluntária. Simplesmente pensando em beneficiar a população de todo o Estado do Paraná. Provavelmente, pessoas que não têm conhecimento da existência do Conselho serão beneficiadas por ações que são deliberadas pelos Conselheiros". Este relato, como seria uma resposta á Procuradoria, foi definido tentando colocar inicialmente a importância do Conselho, mas fazer uma fundamentação jurídica um pouco mais completa citando toda a legislação que tenha sobre a criação dele. **(F2) Sra. Solange (FESSMUC)** no primeiro parágrafo, a sua sugestão é que está escrito "descontentamento" não quer dizer nada, porque ficaram tristes. É muito mais que isso, sugere que seja colocado, onde está: "deixa claro que este posicionamento é uma desvalorização para com o Controle Social" deixar marcada a posição, não estão descontentes, é uma desvalorização do Controle Social. Ela pensa que naquele parágrafo onde fala que o programa vai dificultar deve estar em caixa alta, pois foi feita toda a histórica, as leis, tem que estar mesmo, deixar em caixa alta o que significa isso e por fim, não dá para fechar assim, o que eles querem com este documento. A sugestão é que "assim sendo, solicitamos que tal decisão seja revista e se mantenha o que vem acontecendo de tal a tal ano no Conselho". Pelo tempo que está vindo, por este período, que volte-se esta decisão. **Sr. Sezifredo (SESA)** cumprimentou a todos e disse que tem uma sugestão, ele acha que poderiam colocar neste documento uma reivindicação de que os suplentes pudessem comparecer sempre que houvesse necessidade, houvesse uma justificativa. Ele pensa que genericamente eles não explicitar o papel do suplente nas discussões, não é convincente, não conseguiram sensibilizar a Procuradoria, porque muitas vezes é de interesse do Conselho que determinado suplente participe aqui. Não apenas eles, mas no seu caso o Gestor, como também os outros Segmentos, não sabe se é o caso de explicitar isso, mas, por exemplo, deu o tema que interessa ao Segmento dos Prestadores e eles querem trazer mais um ou dois suplentes para ajudar no debate, no trabalho e acha que poderiam explicitar desta forma também esta necessidade. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela acha que a Comissão fez um trabalho bem importante, socializou, ela era da Comissão de Orçamento está agora na de Acesso, mas socializou esta proposta de documento. Acha que o embasamento está muito bom, mas ela queria fazer uma consideração e uma pergunta. A consideração: tem um aumento de Orçamento para o Conselho Estadual de Saúde do Paraná na LOA dois mil e dezesseis, portanto, este aumento do Orçamento ele garante a vinda de titulares e suplentes. Então está entendendo que se a posição da PGE não for removida, se esta decisão deles não for revertida, isso influencia no cumprimento do Orçamento do Controle Social. E ela acha que isso é bem grave, porque já iniciam o ano sabendo que é um Orçamento superestimado por uma decisão jurídica. A segunda questão é que o SINDSAÚDE pediram o que a SESA fez, protocolado, querem o processo, que dia que a PGE notificou a SESA, o que a SESA argumentou. Porque acredita que a SESA tenha argumentado por aí. E se o Conselho não sabe o que a SESA argumentou, talvez estejam reargumentando as mesmas coisas. Não importa, o importante é reafirmar, mas pediram o processo pois entendem que os Conselheiros e as Entidades têm que ter conhecimento do que a PGE alega, que já sabem, e do que a SESA que tem uma Assessoria Jurídica defendeu perante a PGE. E ela quer fazer, até verificar se no documento da SESA tem outros elementos importantes, acha que tem uma coisa que

devem procurar outras instâncias. Mesmo que aleguem recesso de final de ano, as coisas só retornam depois do Carnaval, não sabe se neste recesso eles não continuaram com esta pendência, provavelmente sim, porque a PGE não vai responder do dia para a noite. Então ela propõe que do mesmo jeito que o Secretario e a SESA tem audiência pública com a Comissão de Saúde, que o Conselho peça uma audiência pública com a Comissão de Saúde para falar desta situação do papel do Conselho, primeiro: aí levam em outras instâncias do Governo que eles existem e qual é o seu papel, segundo: que nesta audiência pública seja chamada a PGE, seja chamado o MP, seja chamado o TCE, seja chamado a SESA obviamente. Queria deixar isso como sugestão porque mesmo mudando as palavras para mostrar que não é uma tristeza mas um descumprimento de lei, tem que deixar de conversar nesta sala, o Conselho conversa nesta sala e não dá publicidade aos problemas do Orçamento, do Conselho, da Assistência, da Vigilância em Saúde. Então, ela tem essa proposição porque acha que está na hora de sair desta sala e procurar novos atores que possam junto com o Conselho resolver uma questão que para ela é de um entendimento burocratizado, fechado, autoritário da PGE, que não é a primeira vez, só que das outras vezes o Sezifredo bem conhece que conseguiram reverter a opinião. Entende que agora também tem que agir para reverter a opinião. E parabenizou a Comissão pelo documento. **Sra. Tânia (DEFIPAR)** disse que só quer deixar ciente aqui que tem os suplentes que é de uma região e o titular de outra. No caso dela, o Amaury é de Apucarana e ela é do Sudoeste Francisco Beltrão, também tem que ser revisto. Nem todos moram no mesmo local. **Sr. Lincoln (SINDIPREVS PR)** expressou que concorda com a Elaine no intuito de tirar esta discussão para fora do Conselho, é fundamental, importante e precisa ser feito. Segundo, sobre o documento no último parágrafo, cita a dificuldade do Conselheiro titular e suplente, não é dificuldade do conselheiro titular, é do suplente apenas. Em terceiro, acha que devem explicitar mais, no último parágrafo ou penúltimo, a questão da autonomia do Conselho, o que está acontecendo é um ferimento a esta autonomia, tem um Regimento Interno, tem uma legislação bem apresentada pelos colegas e que na verdade essa decisão está ferindo a autonomia do Conselho na sua própria Gestão que já decidiu da importância na participação do suplentes em todas as atividades do Conselho, precisa explicitar essa questão um pouco mais de estar ferindo a autonomia do Conselho, talvez citando ou reforçando a questão do Regimento do Conselho. **Sr. Hermes (HU Maringá)** só falando na questão da dificuldade do Conselheiro do titular e do suplente, no caso dos Prestadores, o transporte até o aeroporto, o gasto que tem, uma refeição de manhã, é inerente ao titular e suplente, por isso foi colocado aqui, não é só o suplente que tem estas despesas. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** perguntou se tem mais alguém que queira encaminhar. **Sr. Sezifredo (SESA)** ele acha Elaine, só para justificar os questionamentos da Elaine, a SESA sempre opinou neste processo de acordo com as suas atribuições, particularmente na questão orçamentária, na questão da Comissão, enfim vários departamentos da SESA opinaram, mas na verdade como se trata de um processo que interessa diretamente ao Conselho, a SESA não fez este tipo de manifestação como fazem nos processos que são deles. Mas ele queria sugerir um encaminhamento, irão ter com a PGE nos próximos dias, não sabe se conseguiram na próxima semana, depois será o recesso, mas com certeza no inicio de janeiro, terão uma reunião com a PGE, devido a várias questões pendentes com eles, e este não é o único parecer que os atrapalha um pouco em relação ao desenvolvimento dos trabalhos. E gostaria de propor que para discutir este assunto, fosse algum representante da Mesa para esta reunião e ele acha que entrega este documento e vê também um encaminhamento, que ele diria de certa forma, que corrija esse parecer, eles já tiveram situações em que conseguiram mudar o entendimento da PGE fazendo as devidas explicações e conversando, porque esta coisa de documento pra cá, documento pra lá, é muito fácil um procurar dar um parecer sem nenhuma condição de poderem argumentar. Sugere que façam esta reunião com eles, com um representante da Mesa, o Secretário Executivo também deva ir. **Sr. Jeremias (UEL)** concordou com o Sezifredo e sugere que vá o Presidente, sem desmerecer Secretário Executivo, sem desmerecer mais alguém da Mesa, mas acha que o Presidente que por acaso é o Neto. Mas poderia ser qualquer outro que estivesse nesta condição de Presidente, mas num caso desses em que se questiona a importância de uma instituição como o Conselho tem que ser o Presidente. Seria interessante levar ou levantar e ter isso, qual o impacto que o suplente, financeiro mesmo, tem tido nesta condição de participar e então irão ver que é pequeno. E considerando que a ausência deste modelo de atuação do Conselho pode implicar em prejuízo até maior não dando quórum, por exemplo numa reunião. Parece-lhe que tem umas nove pessoas em média que participam na condição de suplente sem a ausência do titular. Tem este impacto também.

Outra coisa é o seguinte: Elaine ele acha que não é porque tem Orçamento de folga, ele acha que este argumento não seria bom. Porque eles e a Comissão já vem apresentando isso e está na Mesa a criação de um grupo especial para racionalizar as despesas do Conselho e já tem observado avanços neste sentido. Já tem buscado enxugar e essa preocupação mais do que nunca tem que estar presente, tanto quanto indivíduo quanto Conselheiro, ainda mais um recurso sagrado como este, então eles tem que ter essa preocupação. Racionalizar o uso dos recursos que estão disponíveis, é muito caro. É um recurso sagrado e tem que continuar neste esforço. No último parágrafo, o item oito, como atribuição do Conselho, que são atribuições importantes, a ideia é refletir também se tem honrado este compromisso que eles têm assumido aqui e tem ocupado, é um privilégio mas uma responsabilidade também. Eles tiveram o cuidado de pegar na legislação, no item oito, parece que é mais do Conselho Nacional, pediu a ajuda de todos para entender melhor: "apreciar cooperação técnica e financeira da União aos Estados e Municípios para a implementação do disposto no artigo vinte da Lei Complementar um quatro um de dois mil e doze e para modernização dos respeitos fundos de Saúde na implementação de processos de educação na Saúde e na transferência de tecnologia visando a operacionalização do sistema eletrônico de que trata o artigo trinta", pediu que conferissem se não se trata de atribuições específicas do Conselho Nacional, (alguém respondeu que se trata de atribuição do Conselho Estadual mesmo). Ele considera feliz a colocação da Solange, acha que fica melhor. **Sra. Maria Lucia (ASSEMPA)** Parabenizou o Sezifredo pela decisão dele e sabem que este parecer do Procurador não é só com o Conselho Estadual de Saúde e sim com todos os Conselhos, só que o deles tem o diferencial, eles são referência. Sabem que este parecer deles não é privilégio deles não. Quando o Sezifredo fala em levar este documento e conversar com a Procuradoria e que outros Conselhos já conseguiram reverter. Essa fala do Sezifredo de conversar com eles com certeza irá reverter o parecer deles. Como o Sezifredo fala, quanto menos papel, muito vou lá, vou fazer isso e aquilo, não reverte, a fala dele, a presença dele, do Secretário, do Presidente da Mesa, que defende a presença do Presidente, o Amaury já esteve com o Procurador e resultou neste documento, a ida do Sezifredo ou o Secretário com o Presidente do Conselho irá mudar o parecer deste Procurador. Concorda também com a fala da Solange, mas é indignação também, mas este Procurador eles sabem que não tem noção nem loção como diz a Lilian do que é o Conselho Estadual de Saúde nem o que é outro Conselho Estadual. Mas outros Conselhos conseguiram reverter. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela entende que o Jeremias fala da questão do Orçamento, ela acha que não é o maior argumento, mas não deixa de ser um argumento, não o maior, porque se tem dinheiro para uma determinada ação, também se não cumprir aquilo, também é desperdício do dinheiro público. Até porque sabem que o remanejamento não passa pelo Conselho Estadual de Saúde. Ela acha que não é o grande argumento mas é um argumento. Outra coisa que gostaria de destacar, foi tirada uma Comissão composta por vários Segmentos, era para a Comissão participar da reunião com a PGE, não lembra porque, lhe disseram que era porque a PGE não aceitou a presença de quatro pessoas, foi escolhido o Amaury, a quem o SINDSAÚDE deu apoio total para a ida dele. Mas ele ouviu coisas do Procurador e ele fez um relatório, ela acha que nesta reunião o Amaury tinha que ir, porque foi ele quem ouviu que o Conselho Estadual de Saúde do Paraná nem precisava existir ou coisa semelhante. Não quer colocar palavras na boca de ninguém, ou o relatório está com o Maurício ou com os Conselheiros, acha importante a leitura pela SESA, acha importante o Amaury ir para ele poder relatar o que ele sentiu. Na verdade, o que sentiu é um certo descaso. Então, propõe a ida ao menos do Amaury, o certo seria ir a Comissão como um todo, já houve uma quebra de autonomia do Conselho, quando o Conselho aceitou não ir quatro pessoas e ir só uma pessoa. Então ela quer também ouvir as pessoas porque no mínimo tem que ir o Amaury, mas ela defende a ida dos quatro. Por último, já pediram a cópia do trâmite de todo este processo para poder analisar, quando a Malu cita que isso está acontecendo em outros Conselhos, então havendo a possibilidade, sem querer ser leviana, de ter o dedo do Mauro Ricardo nisso, porque é do Sr. Mauro Ricardo que tem sido feito todos os encaminhamentos de enxugar os gastos, ele quer enxugar no dos outros, a Secretaria da Fazenda não é espiada por ninguém, só por ele mesmo. Então os gastos, quem está fazendo a escolha do que se paga é ele, então lhe parece que muitas vezes a PGE está subordinada a este Secretário. Sezifredo, queria relembrar uma história, que muitos conselheiros viveram isso, que é um momento de crise como essa situação de crise. Teve uma eleição do Conselho que não conseguiram concluir teve ação judicial teve toda uma mobilização para resolver a situação e recompor o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, muitos daqui se lembram. Naquele momento

teve um esforço do Conselho e da Gestão para resolver o problema, ela acha que este momento é guardadas as devidas proporções, também precisa de uma atuação muito firme do Conselho e da Gestão. Mantém sua proposta de ir a Comissão e mantém sua proposta levar para a Assembleia Legislativa, senão as autoridades escrevem no papel e o que eles escrevem nunca será divulgado e nunca serão questionados sobre o que escreveram. **Sr. Amauri (ANEPS)** na verdade a Elaine já disse o que ele gostaria. Ele defende a presença do Amaury nesta Comissão até porque quem começou a chutar esta bola foi ele lá trás. Acompanham o que ele colocou ali e veem a fragilidade do Conselho neste momento. Isso significa o enfraquecimento do Conselho Estadual, no momento que precisam tomar uma importante decisão. Observam passividade e isso não dá nem prá pensar. O assusta essa passividade, e alerta ao fato de que o ano de dois mil e quinze foi difícil, mas se não correrem, o ano de dois mil e dezesseis está aí e não terão nada. **Sra. Cleide (SESA)** só um encaminhamento, ela acha que é importante não esquecer de explicitar a importância das Comissões, o papel dos suplentes nas Comissões, que eles tem um diferencial imenso as várias Comissões e que o suplente tem papel fundamental nestas Comissões igual ao de Delegado e que a contribuição é grande. Não podem deixar de colocar isso. **Sr. Jonas (CUT)** complementando que as atividades extra Conselho que são as Conferências e tudo isso, conseguem realizar graças ao número de suplentes, porque num círculo de debate de Saúde do Trabalhador, a contribuição que tiveram para correr as vinte e duas Regionais, com certeza não conseguiriam só com a Comissão, só com os titulares. **Sra. Solange (FESSMUC)** queria registrar que a preocupou quando o Sezifredo falou em colocar em algumas situações a importância do Conselheiro participar. No seu ponto de vista isso é um retrocesso, pois quem vai definir quando é necessário que o suplente participe ou não. Definir o critério de quando o suplente pode participar ou não. Para ela devem continuar a luta, e ela acha que alguém ir junto com a SESA é a decisão mais ponderada. Queria dialogar com a Elaine, ela também defende que quando abrem mão de uma Comissão eleita pode parecer retrocesso, porém pode significar avanço também, na medida em que se tenta e deve deixar registrado neste papel de que este Procurador fez foi ferir, por isso ela não concorda com descontentamento, mas que ele feriu a autonomia do Conselho e do Controle Social, quando se recusou a receber a Comissão e sim só um ele feriu. A sua sugestão muito mais se ele feriu ou não feriu vai no sentido de buscar resolver a situação. Se bater de frente e fazer o enfrentamento neste momento, pode ser que não resolva o problema, a ideia de uma pessoa nesta reunião é de tentar resolver e se não resolver a Comissão não está desfeita e mantém seu papel e sua atuação. No intuito de resolver propõe a sugestão, até porque não é uma agenda do Conselho, é uma agenda da SESA em levar uma pessoa para resolver a situação. Ela acha que realmente devem deixar claro que está ferindo a autonomia não devem deixar de registrar isso, mas aceitar no intuito de querer resolver a situação e se não der certo aí sim, fazer tudo o que a Elaine sugeriu inclusive a audiência pública e não ficar só aqui dentro da sala do Conselho. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que iria tentar encaminhar em três partes: primeira parte, fechar a construção do documento. Segundo, encaminhamento da reunião pela fala em janeiro. Terceiro, quem estará na reunião. Em relação ao documento, a Solange fez algumas alterações no texto, tem alguém contrário às mudanças sugeridas. **Sr. Sezifredo (SESA)** lembrou a sugestão da Cleide de acréscimo no texto. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que iria fazer um a um, se ninguém for contra o pedido de mudança, irão alterando o documento. A Elaine pediu para incluir a questão da LOA que tem um Orçamento a ser gasto com o Conselho. Não precisa incluir. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** esclareceu que não é para incluir no documento e sim para todos pensarem a respeito. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** A Cleide solicitou que componha mais a força e importância das Comissões bem como o Jonas também falou que os suplentes corroboram para o Conselho fazer as atividades extras, Conferências, Conferências Temáticas, para isso precisam de um grupo maior para compor. O grupo que montou esse documento, podem fazer estas alterações, cada um que propôs escreve, manda para a Secretaria Executiva e eles colocam lá dentro. Os conselheiros favoráveis ao documento com as alterações sugeridas e esclarecidas, favor erguerem seus crachás. Aprovado o documento. Segunda parte, houve a proposta aqui que já **(F3)** tinha sido feito pelo Jonas no primeiro momento. Foi o primeiro encaminhamento que tiveram hoje. Os Conselheiros a favor da proposta favor ergam seus crachás. Aprovado. Precisam definir a Comissão que vai acompanhar a SESA na reunião com a PGE foi proposto alguém da Mesa, a Presidência, Comissão e Presidente mais um intermediário. **Sr. Jeremias (UEL)** defendeu a ida do Presidente mais o Amaury. Um misto. E pediu um prazo para o envio das alterações, até amanhã, pois quanto antes estiver no *e-mail* do Hermes. **Sr. Antônio**

Garcez (COSEMS) até dia vinte e dois enviar no *e-mai*l da Secretaria Executiva as alterações e no início de janeiro eles montam o processo, montam o documento e encaminha para que todos possam ver o documento antes da reunião. **Sr. Santo (SINDNAP)** só lembrando que a Comissão estava pronta para a reunião com a PGE, mas a PGE foi quem quis receber somente uma pessoa enfraquecendo assim a Comissão. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** confirmou que tem três propostas, a Elaine pediu a palavra. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela entende o argumento da Solange em relação a questão da Comissão, no entanto pelo que ela está observando, ela defenderia, conforme sua primeira fala, que fosse a Comissão completa, acha que a PGE não pode interferir nas decisões do Conselho, agora, não acha que deva ser uma imposição da parte dela, está defendendo isso em respeito ao Conselho, acatará e defende que o Amaury é peça fundamental, ela vai votar pela Comissão completa em respeito a decisão do Conselho e não em respeito à imposição da PGE mas acatará e o Amaury tem toda a sua confiança para acompanhar esta reunião. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** colocou em votação. Acha que podem tirar a proposta que sugere a Mesa. Fica então o Amaury acha que a Presidência falando ele colocaria qualquer um no seu lugar, mas assume a responsabilidade de ainda estar sob sua Presidência, de ter como responsabilidade estar presente. Então considerando que por prerrogativa ele irá, então tem duas propostas, a Comissão inteira ou somente o Amaury. Que for a favor na presença da Comissão inteira na reunião. Pede que contem os votos. (muitas vozes e alguém afirma não ter entendido) **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela afirma que estava claro, a presença da Mesa, a presença da SESA e que tinha colocado em votação se iria a Comissão inteira e que na sua contagem deu treze ou quatorze votos. (Muitas vozes, alguém fala que não tinha ficado claro) Votou em outra coisa. **Sr. Sezifredo (SESA)** pede questão de ordem, ele conhece o Dr. Rosso, conhece os dirigentes da PGE, se houve uma postura de que fossem apenas um representante, isso não irá se manter, são quatro membros da Comissão, se ele for e o Neto, serão seis pessoas, isso não é problema para se fazer uma reunião. Ele sugere que encaminhe que vai a Comissão e ele pedirá que atenda a Comissão. **Sr. Jeremias (UEL)** registrou seu voto contrário, pois não vê necessidade, acha que é um desperdício, não há necessidade de ir os quatro membros. O documento já foi construído, bem construído com a participação de todos. Já está demonstrada a importância e o entendimento do Conselho face aquilo que foi colocado então pensa que seria economia de recursos e estariam muito bem representados pelo Amaury e pelo Presidente. Sem contar o sacrifício que é para se deslocar pensar, não trabalha mais e não vai contribuir. Não importa a quantidade de pessoas que estará lá participando e sim a qualidade e estarão muito bem representada pelos dois. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** questionou se mais alguém gostaria de fazer algum voto em separado. Então aprovado, irá a Comissão. Passou para o próximo assunto: Operação Verão. **Sr. Vinícius (SESA)** cumprimentou a todos, falou que é um prazer voltar para falar sobre a Operação Verão dois mil e quinze e dois mil e dezesseis. Relembrou aos Conselheiros, que a Operação Verão se justifica devido ao afluxo populacional excepcional em municípios com atratividade principalmente no litoral em que durante os períodos de férias escolares há um grande afluxo populacional que se desloca de todas as regiões do Estado, de outros estados e outros países, então é evidente que Rede de Saúde que existe habitualmente atende a população residente no litoral por dez ou onze meses por ano e nesse período da Operação Verão, pode chegar até quinhentos, seiscentos mil habitantes, até o período de *Réveillon* que é o máximo de concentração de pessoas no litoral podendo chegar até a oitocentas mil pessoas. Evidente que junto com as pessoas, irão eventuais doenças e situações clínicas e eventos próprios do litoral deste período de férias que podem gerar demandas aumentadas para o Serviço de Saúde, entre eles o afogamento, que é a exposição de banhistas que eventualmente possam se envolver em situações de acidentes aquáticos, acidentes aquáticos como Água Viva, insolação, alergias, intoxicações alimentares, enfim todas as patologias que são prevalentes neste período e isso se intensifica com a quantidade de pessoas que vão em condições higiênico-sanitárias pouco adequadas, acampamentos, pensões, eventualmente precisam de preparação para esta contingência. Devem dotar os municípios à sua Rede de Atenção normal de recursos humanos, recursos materiais, medicamentos para que toda e qualquer situação de Urgência de Média e Baixa Complexidade possa ser manejada sem transferir o paciente. E se precisar transferir por ser de Alta Complexidade, tem que organizar este fluxo a partir do litoral para direcionamento dos serviços hospitalares se necessário. E como se dará a Operação Verão: tem uma previsão de cinco mil e duzentos plantões médicos e de enfermagem adicionais neste período. Ela terá duração de dezenove de dezembro até quatorze de fevereiro. Usualmente este é o período integral da Operação. Os momentos em que

terão maior concentração de pessoas a partir de dezessete de dezembro até o dia dez de janeiro grande pico de pessoas no litoral e depois outra grande concentração durante o Carnaval. Estes plantões estão distribuídos nas Unidades Assistenciais tanto do Hospital quanto dos hospitais da região e das Unidades de Pronto Atendimento. Há uma quantidade de medicamentos de urgência para que possam fornecer aos municípios para aplicação imediata e materiais médicos. Dotaram o SAMU Regional Litoral com reforço de regulação médica, nas equipes assistenciais, com alocação de mais três ambulâncias UTI´s incluindo suas equipes. Essas UTI´s estarão alocadas em Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, serão estas ambulâncias que darão suporte para o Corpo de Bombeiros para atendimento imediato aos afogados que por ventura possam acontecer. Além do helicóptero do GRAEREO em operação conjunto com a SESA com plantão médico durante toda a Operação, para maior agilidade no resgate e transporte destes pacientes eventualmente da Ilha do Mel, Barra do Saí, Guaraqueçaba locais mais afastados para serem atendidos de forma mais adequadas. Essas são as linhas de reforço da Área de Assistência. Este ano adotaram estratégia diferenciada ao repasse de recursos. Nos anos anteriores, apesar de terem encontrado nos últimos quatro anos medidas aparentemente adequadas de modelo assistencial utilizado, nos últimos dois anos com um gradiente médico onde não perceberam desassistência nestes locais, acharam por bem, apresentar ao Governador e ele autorizou o repasse fundo a fundo a estes municípios de modo que ele tenha condição de utilizar este recurso para aquisição de insumos que ele tenha necessidade independente do que considerem útil, mas a SESA anteriormente repassavam medicamentos e insumos com uma previsão genérica feita durante o ano e nem sempre era a real necessidade do município, portanto, o município sinalizou esta possibilidade e então adotaram esta estratégia, repasse fundo a fundo para a contratação de profissionais médicos e de enfermagem para reforço de suas equipes e a concentração destes plantões tem uma previsão inicial mas o município tem a autonomia de relocar estes plantões de acordo com a sua necessidade. Como pode haver um fluxo populacional diferenciado para alguns locais, o município tem autonomia em fazendo a gestão de suas próprias unidades de fazer a sua própria escala de plantões. Esse repasse fundo a fundo ele permite que o município tenha flexibilidade na aplicação e não criam dificultador. Lembra a todos que quando a SESA contrata estes profissionais com um valor de hora trabalhada muitas vezes diferente do praticado pelo município, criam uma desestabilização no mercado de profissionais e isso pode atender muito bem durante a Operação, mas depois os municípios ficam com um problema para administrar. Ou seja, criaram uma expectativa, um desequilíbrio financeiro e isso onera os municípios aumentando seu gasto sem necessidade. O que irão encontrar durante a Operação Verão. Estamos vivendo uma crise financeira, então pode ocorrer um afluxo de pessoas menor, pessoas com menor condição financeira que vinham passar três, quatro dias talvez nem venham. No entanto pessoas que viajavam para outros estados ou outros países não viajem. Ou seja, na prática nem esperam uma diminuição do afluxo populacional neste período. O que observam é que as ações de prevenção de afogamento elas contribuem muito com a estabilidade da região. Tem uma limitação dos hospitais, quantidade de leitos e serviços na região que não é possível aumentá-los subitamente, então é necessário estudar com cuidado isso. Observam também que quando se tem um verão muito quente, com bastante sol, têm muitos afogamentos, as pessoas vão para a praia e se afogam. A expectativa por conta da condição climática é que seja um verão chuvoso, talvez uma incidência menor de afogamentos. Porém na chuva tem o acréscimo de uso de bebidas alcoólicas e com isto aumenta o índice de violência interpessoal. Esses são fatores que sempre analisam genericamente para propor esta estruturação. Os casos graves ou de doenças que precisem de transporte para hospitais por requererem maiores cuidados, poderão contar com a seguinte estrutura: o SAMU Litoral, o helicóptero e o avião que está à disposição e continua atuando em todo o Estado e ele poderá dar cobertura nos aeroportos de Guaratuba e Paranaguá. Essas são as coberturas da Área da Assistência. Colocou-se à disposição para esclarecimento de dúvidas. **Sra. Cleide (SESA)** com relação à Vigilância, eles iniciaram o processo da Operação Verão com mais antecedência para atuar na prevenção, há ações a serem executadas a partir da primeira semana de janeiro, mas começaram com a Vigilância Ambiental e Sanitária, todo um trabalho anterior, iniciaram com os trabalhadores que irão trabalhar no litoral, verificando a parte de vacinação, dos estabelecimentos, questão de segurança. A parte dos veranistas, encontrar alimentação com as cozinhas supervisionadas. Intensificaram a questão de Paranaguá por ter o aumento dos focos dos mosquitos Aedes aegypti onde os funcionários desceram para aplicação do fumacê. Mas Paranaguá tinha um problema um pouco maior, uma grande concentração de entulhos e tudo mais, tinham tido

problemas com a licitação e contratação da empresa de coleta de lixo e começou a funcionar adequadamente agora. As duas regiões em Paranaguá que tinha concentração exacerbada de mosquitos, conseguiram finalizar toda a ação de limpeza, todos os focos já melhorou. Tinham uma preocupação enorme com a infestação de mosquitos em Paranaguá e pudessem ter algumas questões mais preocupantes em relação a Dengue. Isso está mais ou menos finalizado e melhor encaminhado. E na execução de atividades propriamente ditos, estarão com três pontos de Atenção lá no litoral, desceram com seus profissionais e eles estarão trabalhando junto com os profissionais locais em Ipanema, Guaratuba e Matinhos para que possam dar maior segurança. Ali irão fazer e ofertar além de orientações gerais principalmente de auto cuidado em relação a insolação a proteção aos insetos e tudo mais, estarão fazendo testagem para HIV, Hepatites e Sífilis. E esses três locais onde fazem a testagem, quando o resultado positivo, se é da região já faz o encaminhamento ao local de atendimento, se é de outras regiões do estado, em sendo autorizados pelo usuário, passarão a Regional de onde ele é oriundo as informações para que deem o apoio por ventura venha necessitar no seu município. Lembrando que as hepatites, especialmente a B, a grande porta de transmissão é a sexual, a equipe de orientação distribuirá camisinhas e toda uma orientação para comportamento de proteção. Em relação a Hepatite C para informação para diminuir este agravo. Todas as pessoas que procuram os serviços e barracas, os agentes comunitários locais estarão trabalhando com eles, de quinta a domingo, nestes três pontos também terão apoio da Ouvidoria da SESA. Não estarão em Pontal porque observaram que em Ipanema fazendo um processo de orientação a demanda era maior de uma população que querem atingir, a população jovem, onde tem um aumento do número de casos de HIV, por isso precisam focar nesta população. Da Operação Verão, foi encaminhado e devem receber até amanhã, a questão dos vinagres para acidentes com Águas Vivas, tem também material de informação de acidentes com animais peçonhentos, saúde ambiental trabalha com eles lá. Tem várias atividades envolvidas. **Sr. Sezifredo (SESA)** essa é uma Operação que envolve várias áreas da Secretaria, a mais importante sem dúvida é a retaguarda hospitalar, casos de Urgência Emergência, a Área da Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária tem papel complementar, municípios tem equipes, mas reforçam estas equipes com profissionais para atender também a Área. Tem um trabalho muito importante que é a Ouvidoria, que é feito em conjunto com os municípios, tem também atuando no atendimento como Ouvidoria Itinerante. **(F4)** a Cleide falou muito bem sobre a preocupação de todos neste verão com a Dengue, a Chikungunya e a Zyca lá no litoral. Até o inicio deste ano, Paranaguá, o litoral era visto como uma região que não era de risco para a Dengue particularmente, hoje isso mudou, hoje eles já tem centenas de casos de Dengue confirmados lá, o vetor se instalou definitivamente, hoje não é apenas foco, tem uma incidência alta de mosquito e a preocupação é também com não apenas a pressão antrópica de brasileiros, do interior e de outros estados até, mas também dos estrangeiros que acabam entrando pelo Porto de Paranaguá, sejam tripulantes ou turistas. Esta é uma área que também será discutida com os municípios o trabalho da Saúde do Viajante porque é uma área de risco também em relação a esta população que é flutuante, mas que pode trazer enfermidades e tudo. É um conjunto de ações que irão desenvolver em relação a isso. Acredita que a grande mudança, que o Vinícius citou da transferência de recursos aos municípios para a questão da Assistência e isso é uma mudança que tem hoje no paradigma da atuação na Operação Verão. E lembrando que tem ações intersetoriais, uma ação conjunta com, por exemplo, a Polícia Militar e outros órgãos do Governo e municípios obviamente. Pretendem, mesmo sendo uma Operação Verão mais curta que o habitual, desenvolver todas estas ações de forma sistemática neste período. **Sra. Cleide (SESA)** no *site* da SESA tem a questão das orientações sobre a Saúde dos Viajantes, foi lançado um Protocolo bem interessante, mesmo quem não irá viajar neste momento, é importante tomar conhecimento do Protocolo de Saúde do Viajante, todas as informações estão no *site* da SESA. Eles têm a preocupação com o mosquito como havia dito anteriormente, fizeram todo um trabalho que antecede junto ao GT Litoral que tem trabalhado com eles e como está finalizando se coloca à disposição para esclarecimentos. **Sr. Manoel (SINDNAP)** agradeceu pelos esclarecimentos e colocou em discussão. **Sr. Moacir (MS)** ele sabe que irão fazer muito mais do que foi colocado como objetivo principal que é o diagnóstico de HIV e Hepatites. Isso ele acha que tem que mudar o contexto, o objetivo principal não é a realização de testes sorológicos e sim prevenção. Não sabe se irão fazer palestras, alguma atividade educativa enfim, porque ele entende que a realização dos testes é uma oportunidade de em conjunto com a multidão testar as pessoas, em relação às outras doenças, um paciente que vem com Dengue lá do Sudoeste, chega e desenvolve a doença no litoral,

estão preparados, os municípios para atender e fazer o diagnóstico, notificar e etc. terceiro, o Sezifredo colocou bem a questão do *Aedes aegypti*, que ano passado não tinha, hoje além de ter Paranaguá em epidemia, eles vem com muitas pessoas do Sudoeste, Norte e Leste, podem vir infectadas pela Dengue, Chikungunya ou a Zyca e não sabe, tem visto pela televisão os mutirões que os municípios tem feito, mas em nenhum momento foi divulgado índice de infestação nos outros seis municípios, só em Paranaguá. Pergunta, isso também tem que ser intensificado, acredita que esteja sendo intensificado porque com certeza terão um fluxo grande de pessoas trazendo o vírus circulando. **Sra. Cleide (SESA)** com relação a testagem, na verdade, o grande momento que eles tem ali é realmente de orientação, tem material educativo, bem importante, com visual bom, a equipe tem ido fazer, chamando para conversas, fazendo abordagem individual, todo um trabalho educativo e a questão da testagem, eles estão trabalhando uma metodologia que está sendo orientada pelo CDC de Atlanta com relação a descobrir pessoas com diagnóstico para que possam estabelecer uma linha de base na faixa etária, hoje pensa-se que o aumento esteja entre a população jovem homens, de novo, voltando a aumentar, por isso precisam ampliar o volume de testes em todas as faixas para que possam estabelecer que esta é a população que eles precisam trabalhar e estabelecer linha de base pensando em interromper a cadeia de transmissão. Hoje com aquela metodologia da cascata, noventa, noventa, noventa, precisam descobrir qual a linha de base que precisam atingir a população adequada. Por isso do incentivo da testagem, não deixando de lado a questão da orientação porque além de tudo tem a questão de outras doenças sexualmente transmissíveis e a Hepatite B é de extrema importância. Em relação a questão da Dengue, o Município infestado é Paranaguá. E eles iniciaram com toda a vigilância, um trabalho junto com Paranaguá na questão da retaguarda mesmo, retaguarda destas pessoas que vão descer e adoecer ali. Tanto que eles têm uma UPA construída e não inaugurada ainda que vão colocar em funcionamento, o compromisso do Prefeito na última reunião feita lá é que esta UPA estará apta a atender caso haja necessidade. Para abrir nesta situação. E tem os plantonistas. **Sr. Moacir (MS)** ele pergunta se a infestação nos outros municípios é zero. **Sr. Sezifredo (SESA)** respondeu que Paranaguá definitivamente é considerado já um município infestado, já tem Lira sendo feita. Matinhos, eles encontraram, assim, o Núcleo de Entomologia tem uma equipe indo a todos os municípios e fazendo a pesquisa larvária e colocando armadilhas para identificar se tem *Aedes aegypti*. Em Matinhos encontraram dois, mas Matinhos não é considerado por enquanto município infestado. Só para lembrar que segunda-feira terá uma reunião à tarde com todas as Secretarias para discutirem o trabalho das outras Secretarias Estaduais sobre o trabalho feito sobre o mosquito *Aedes aegypti* e uma das ações que eles vão fazer em conjunto será no litoral com estas Secretarias. Exemplo: a Secretaria SEIL que cuida da Infraestrutura e Logística que é responsável pela questão dos pedágios, irá ajudar na distribuição pelos postos de pedágio material educativo sobre a Dengue e demais questões. No litoral irão fazer pelos pedágios. Tem toda razão de que precisam intensificar no litoral agora essas ações de combate ao mosquito. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela gostaria de fazer uma correlação da Operação Verão com o VIGIASUS, a Cleide, não tem certeza, disse que ter cuidado onde as pessoas ficam, citaram barracas, alojamentos, pousadas. Houve uma conversa preliminar, seis meses atrás, cinco, quatro, oito ou dez com os municípios para pensar na fiscalização prévia de restaurantes, de hotéis, de pousadas, de campings se tem, o resultado, uma pactuação em relação a isso. Em relação ainda a questão da Vigilância, a Vigilância Sanitária da SESA esta bastante restrita pelas equipes pequenas das Regionais de Saúde. Haverá a ida de pessoas, de profissionais de Vigilâncias de outras Regionais para Paranaguá, para o litoral, se sim, qual a equipe total da SESA fazendo parte da Operação Verão. Ainda em relação à Vigilância, a Cleide disse que estavam com grande preocupação com algumas situações em Paranaguá e que isto está mais ou menos organizado. O que significa mais ou menos, porque ela se preocupou ainda mais em relação à Dengue. Em relação à Ilha do Mel tem alguma coisa em especial, pois o Vinícius falou que a aeronave consegue chegar a alguns municípios, tem alguma coisa pensada para a Ilha do Mel. Em relação ao Hospital Regional do Litoral, eles estiveram lá tem uns quinze dias, a falta de enxoval, a falta de material não é menor. Quer saber o que será aportado em termos de luvas e tudo o mais para o HRL para suportar a Operação Verão e também qual é o aumento de pessoal no HRL. Uma coisa que preocupa demasiado nos hospitais e em geral e sabe que este não é um problema da SESA mas é a existência de muitas bactérias multirresistentes nos hospitais e o controle no uso de medicamentos e a ação da CCIH o que está pensado em relação a isto e inclusive em relação a termos de preparo dos técnicos de enfermagem,

enfermeiros e toda a equipe que vai para lá. Porque há uma dificuldade também em relação a um contingenciamento, dizendo assim, da proliferação das bactérias multirresistentes no HRL. Queria sugerir para o Relatório de Gestão do ano que vem que no Relatório de Gestão seja incluído especificamente o que a SESA vem fazendo a cada mês em relação à Operação Verão, porque talvez perguntas que esteja fazendo agora poderiam ser discutidas, do minuto que deu *start* da licitação ou da compra do material, ou enfim de qualquer coisa assim. Por fim, também quer saber se foi conversado em relação à Rede Hospitalar, Matinhos, Antonina, Guaratuba de algum suporte a mais nos hospitais além do HRL porque ali tem muitos hospitais pequenos, tem algum aporte para esses hospitais. **Sra. Cleide (SESA)** em relação à Vigilância que ela colocou que está mais ou menos resolvido, Paranaguá estão trabalhando a meses em relação, desde que começou aumentar os focos do mosquito *Aedes aegypti* eles começaram a trabalhar com eles esta questão. Fazer monitoramento mais próximo, falando com gestores e tudo o mais. E o que eles constataram naquela ocasião no outro semestre foi uma dificuldade na coleta de lixo que eles tinham. Uma dificuldade enorme, fazendo apenas coletas emergenciais, não estava fazendo limpeza de terrenos, isso não estava. Então, alguns locais estavam muito críticos, com relação ao volume de lixo, ali acumulado e aí depois quando verificaram a questão do mosquito, a infestação era grande, tinha regiões muito complicadas. Isso melhorou significativamente, contudo lá tem um problema que são as bromélias, é o local que tem o maior número daquelas bromélias imensas e foi constatado muitos focos de larvas nestas plantas. Tem lugares que tiveram soluções alternativas, as bromélias estão perto de poços de água, de fontesinhas, resolveram colocando peixinhos que comem as larvas ali. Mas têm outros lugares que não tem estes recursos, a saída é o corte, a eliminação das bromélias, que são muitas. E eles perceberam uma resistência não só do gestor local, mas da população em eliminar as bromélias, que são plantas muito antigas e tem essa dificuldade. Por isso está mais ou menos resolvida. Onde tinham grande infestação está mais controlada, mas tem lugar que não tinham ideia que pudesse ter tanto. Enquanto não tiver uma atitude de eliminar estas bromélias, o que chega a dar pena, mas é uma necessidade neste momento, por isso que disse estar mais ou menos resolvidas. Resolveram problema do lixo, não na sua totalidade, mas na sua maioria e em relação a isso. **Sr. Vinícius (SESA)** em relação a Ilha do Mel, existem dois Postos de Saúde que funcionam lá ininterruptamente durante a Operação Verão, farão reforço médico nestas duas Unidades e para que todos entendam, a Operação do helicóptero que fica baseado em Guaratuba, onde ele fica ao lado do Corpo de Bombeiros ao lado do Ferryboat, o abastecimento será feito pelo Município de Guaratuba, descarte de lixo hospitalar que por ventura sejam utilizados no helicóptero, as equipes permanecerão de quinta a domingo, assumem plantão em Guaratuba e irão se localizar, passar o dia, no quartel da Polícia Militar do Paraná em Pontal do Paraná, que é um ponto mais central, mais próximo de onde ocorre o grande número de afogamentos e isso reduzira o tempo de deslocamento em até dez minutos. A Ilha do Mel e Superagui são os pontos mais distantes do helicóptero, mas uma vez identificada a necessidade de resgate de um afogado na Ilha do Mel, o Corpo de Bombeiros tem um protocolo que é utilizado de rotina para toda a sua equipe enquanto um guarda-vidas é acionado para fazer o resgate e o outro para acionar a cadeia de socorro, ou seja, o suporte de ambulância e acionamento do helicóptero é feito automaticamente pela estrutura do Corpo de Bombeiros. A partir que o guarda-vida retira o paciente da água normalmente o helicóptero já está chegando para fazer o resgate e o direcionamento a partir disso é feito de acordo com a deliberação do SAMU mas o protocolo que tem evidentemente tem a Central de recuperação de afogados em Matinhos, que fica no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, que tem possibilidade de manter o paciente em observação, mas não é uma terapia intensiva, não interna em Matinhos graus cinco e seis, que são os mais graves, mas ele pode ser atendido e monitorado por algumas horas se necessário, para daí se houver necessidade de transferência será transferido para o Hospital Regional do Litoral ou para outro hospital aqui na Região Metropolitana. E os afogados graves, são direcionados diretamente ao Hospital Regional do Litoral via aérea já com interface entre o helicóptero que pousa no aeroporto de Paranaguá e o SAMU que transporta o paciente do aeroporto até Hospital, então a estrutura da Ilha do Mel, é similar a todas as Unidades de Saúde, identificada a urgência a acione da cadeia de socorro via SAMU para eventos clínicos e via bombeiro e SIATE para eventos de trauma e isso é automaticamente, em tese, dar a cobertura correta. Evidente que o helicóptero não voa à noite, então contam com as lanchas do Corpo de Bombeiros, a própria da SESA que está reformada o motor, então tem mais de um veículo aquático para o transporte deste paciente, incluindo Guaraqueçaba e Ilha do Mel. Em relação ao hospital de

Matinhos, Antonina, Morretes e Guaratuba todos eles foram dotados de equipe médica e de enfermagem de reforço, com equipamentos médicos e materiais, medicamentos adicionais porque são locais que prestam os atendimentos iniciais a estes pacientes. O reforço é o que está estabelecido na previsão. Em relação ao HRL a previsão é de alocação de recursos para ampliação de um posto médico vinte e quatro horas, quatro enfermeiros e oito técnicos de enfermagem. Como utilizaram um método diferente de contratação, não via convênio, como era feito até ano passado, este recurso é recurso SESA, será utilizado dentro da estrutura do ASSUP para poder fazer o reforço destas equipes. Mas a previsão de orçamento é próprio portanto o direcionamento poderá ser feito via contrato do hospital com a FUNPAR ou então a própria hora extra enfim de qualquer forma reforçando as equipes. Este quantitativo de contingente para o hospital foi o que sempre demandou para a SESA nos últimos anos. Então a previsão orçamentária é desta quantidade de profissionais. Com relação as ações próprias do hospital não consegue responder, mas não sabe se o Sezifredo pode passar esta informação. **Sr. Sezifredo (SESA)** respondeu primeiro eles não fazem a Operação Verão pensando que o Estado irá executar todas as ações lá, isso já tem sido discutidos no GT e nas discussões especificas de cada setor isso incluindo as Regionais de Saúde. Só para responder Elaine, houve uma pré operação em que a Vigilância Sanitária definiu uma série de ações que deveriam ser feitos pelos municípios inicialmente com o apoio da SESA, como ele citou o trabalho do Núcleo de Entomologia que está apoiando a questão da Dengue, porque os municípios não sabiam, não tinham experiência, em relação a Dengue. Eles estão de fato apoiando e fazendo muita coisa. As equipes serão deslocadas, na Vigilância Sanitária, irão seis profissionais, que irão juntos inclusive apoiar as ações que a Regional já está fazendo junto aos municípios, não é substituir o papel dos municípios. Na Vigilância Ambiental, irão quantos forem necessários, quantos o município precisar. Por exemplo, se precisar passar o fumacê, serão os operadores que serão deslocados, tem uma equipe bem treinada que vem de outras Regionais. Até o Eliel que está aqui, irá à Operação Verão, eles tem esse planejamento que fazem em conjunto com eles. Foi dito sobre as questões hospitalar, recursos, insumos, procuram pedir para os hospitais enviarem as demandas, não tem tido nenhum problema para abastecer os hospitais de lá, que tenham chego a ele. Se a Elaine conhecer o problema de algum, pede que envie a ele para verificarem. Sobre as baterias multirresistentes, pensou em propor uma hora seja apresentado como é o trabalho que está sendo feito, seja de notificação de casos, seja de bloqueio, de eventuais surtos de multirresistência. Um trabalho que eles têm também em relação aos antibióticos, lembrando que esse problema não é só aqui, mas no mundo inteiro, quem viu o Fantástico assistiu uma reportagem do Dr. Dráuzio Varella dizendo que em trinta e cinco anos há um temor que não tenhamos antibióticos de debelar as infecções que poderão existir. Aquela reportagem, quando ele fez, o Sr. Sezifredo estava em Londres a trabalho e participou do mesmo evento que o Dr. Dráuzio participou **(F5)** em relação a isso. Inclusive agora em janeiro ou fevereiro, deverão fazer uma *conference call*, uma vídeoconferência, para falar com os ingleses e trocar experiência do que eles estão fazendo lá que possa ser feito aqui e vice-versa. Ver mesmo qual a melhor tecnologia, ciência mesmo, para enfrentar este problema, nos hospitais do Paraná como um todo. Eles têm procurado trabalhar nisso, mas é um enfrentamento que precisa ampliar conhecimento e informação para os profissionais e para os estabelecimentos. Eles não querem este assunto escondido debaixo do tapete como muitas pessoas fazem aqui no Brasil. Se der surto querem saber, investigar, pedir notificação, essa coisa toda. O LACEN também está se preparando cada vez mais para identificar estas bactérias e tudo. Resumindo, em fevereiro deverão trazer o Relatório da Operação Verão, espera que não tenha nenhuma emergência, sinceramente, como ocorreu em dois mil e onze, logo quando assumiram os morros desabaram lá e foi um “Deus nos acuda” estão preparados para este tipo de emergência, o Estado hoje tem muito mais experiência em relação a isso, espera que atravessem a Operação Verão, serão cinco semanas, sem sobressaltos. Lembrando que desde dois mil e onze criaram para o litoral uma abordagem específica da SESA em relação ao trabalho lá, já falaram no GT Litoral muitas vezes, este é o principal instrumento de articulação no litoral para as ações intersetoriais. Acredita que em fevereiro poderão trazer o relato de toda a atividade que eles desenvolveram. Hoje deve estar entrando uma campanha na TV sobre o ,*Aedes aegypti* uma campanha feita pelo Estado do Paraná que será veiculada nestes próximos meses em relação ao enfrentamento do mosquito. **Sra. Tânia (DEFIPAR)** a sua pergunta sai do litoral e vai para o Sudoeste. Então, lá em Foz do Iguaçu que estão fazendo a limpeza está com surto de Dengue lá. No Paraguai, as dez cidades visitadas, as dez estão com foco da doença. E eles não estão preparados, não tem pessoal e isso vai traspor a fronteira. O Hospital

Municipal de Foz está com problemas, todos sabem, fecha, não fecha e como será, a SESA mandou dinheiro para eles e está complicado. Como a Zyca já foi lá próximo, ela tem uma preocupação, porque os turistas estão vindo mais para Foz do Iguaçu também. Ela não sabe o que a SESA, sabe que faz muitas ações, mas ali tem muita gente transitando. **Sr. Sezifredo (SESA)** de fato, Foz do Iguaçu e região é uma grande preocupação para a SESA, não só por causa da questão da gestão do Hospital Municipal, mas tem todo um complexo ali, de Serviços de Saúde que de fato tem uma pressão muito grande, para quem não sabe, o número de cartão SUS que está no nome do Município de Foz do Iguaçu, o Prefeito falou algo em torno de seiscentos mil contra uma população de menos de trezentos mil. Então quem vai e conhece ali, ele mesmo esteve semana passada lá, um taxista lhe falou de uma argentina que é atendida em Foz do Iguaçu, pega remédio em Foz. Até uma questão de que eles colocam endereço de Foz do Iguaçu para serem atendidos. Então, é realmente uma prioridade para a SESA, estão discutindo com os municípios toda uma estratégia e ações, não só em relação a Dengue mas em todas as ações que tem que desenvolver na fronteira Oeste. Como no litoral, devem ter uma estratégia específica para a fronteira Oeste, porque ali tem riscos únicos, enorme, população flutuante, muitos viajantes e é essa problemática da Atenção que não existe em outros municípios, nem nos outros países. O que a Prefeitura de Foz está fazendo é tentando se articular com estes municípios principalmente Ciudad D´Leste e Puerto Iguazu, para ações conjuntas. Então, é uma questão que ele acha que no próximo Plano Estadual de Saúde, será debatido aqui, tem que discutir melhor e discutir e propor ações sistematizadas. O Governo Federal praticamente se omite em relação a Região das Três Fronteiras, não tem uma ação específica, embora tenha muitos recursos, haja vista Itaipu que está lá, mas não tem um protagonismo nenhum, não articula. Existe uma imensa dificuldade em conseguir informações do perfil epidemiológico naquelas cidades fronteiriças às nossas. Tem toda uma discussão a ser feita, mas o Estado está de fato presente lá, estão acompanhando, e como ele disse esteve lá, não só para conversar, mas para definir estratégias que tem para a Região, inclusive neste período, porque também lá, recebem mais turistas e tudo. **Sra. Cleide (SESA)** em relação a Foz estão participando do GT de Itaipu para discutir essas questões realmente, para poder mover a Argentina e o Paraguai. No último GT que teve para que pudessem discutir as questões epidemiológicas que envolva os três países e tudo o mais, fizeram uma agenda de visita aos Serviços de Saúde de Puerto Iguazu e do Paraguai e a equipe da SESA foi na semana passada para fazer esta visita e voltaram chocados, porque o atendimento no Paraguai eles não tem, todo o atendimento é demanda, procura direta, mas sem comunicação dos casos. Eles não têm notificação. E as poucas notificações que eles conseguem fazer, não sabem para que serve, porque alguém, algum dia vai lá e busca. Estavam falando em termos de HIV, Hepatites, doenças sexualmente transmissíveis, que é uma ação que estão aplicando lá, e por conta disso já discutiram Dengue e tudo o mais, não tem. Não tem nenhum controle. A questão é extremamente precária. Foram para a Argentina, achando que poderia ser melhor. Tinham uma expectativa. Nada melhor, sem nenhuma informação. Falaram que em Buenos Aires é bom, tem tudo controladinho, mas aqui nas províncias está numa fase difícil e tudo o mais, ou seja, não tem. Tanto em Puerto Iguazu o diagnóstico que eles têm de tratamento de pessoas com HIV eram de dezoito pessoas em toda a província. O Paraguai também. Mas eles disseram que tem média que buscam medicamentos com eles, umas seiscentas pessoas. Mas, certinho, quantos são não sabem informar. As questões estão bem complexas ali. Pelo menos estão abrindo para fazer visita e para discutir, para chamar equipe. Os profissionais dos estabelecimentos de lá se mostraram muito ansiosos para quererem discutir a questão da epidemiologia do Paraná trabalha para que eles pudessem estar trabalhando junto também. Acha que é um passo. **Sr. Mauricio (CRF)** Em relação à Operação Verão quer saber para o período de Carnaval se tem alguma ação especifica, como não terá reunião do CES até lá, há uma preocupação em relação a este período, questão da sífilis que está aumentando demais, as doenças e tudo o mais. Outra questão é diminuição de pessoas que iriam para a praia por questões financeiras, irá aumentar a presença destas pessoas em cavas, rios e regiões, inclusive na Região de Foz tem as praias artificiais próximas a Itaipu que tem uma concentração de pessoas e trabalho enorme para ser feito para evitar afogamentos, questões deste tipo. Esses dias atrás saiu na imprensa o caso de um menino de onze anos que faleceu, estava usando um Jet Sky num lago artificial de Campo Mourão. Casos que não aconteciam muito, podem voltar a acontecer. **Sr. Moacyr (MS)** em relação à Fronteira, ele vem trabalhando com isso desde a Década de Oitenta quando ainda existiam a SUCAM, no próprio Paraná, a Vigilância Ambiental e Epidemiológica não se falava. A Vigilância Epidemiológica, detectava os casos e contabilizava os

casos de Dengue. E a Ambiental que era feita pela SUCAM fazia o controle aleatoriamente sem saber onde estavam tendo os casos. No Paraguai possivelmente continue desta mesma forma. Aqui evoluiu, mas lá deve continuar igual. É o que o Sezifredo falou, sem uma intervenção do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde não tem solução aqui. Não tem. O Ministério da Saúde, se a Tríplice Fronteira tivesse um Estado do Nordeste com certeza teria tomado providência. Ele fala do MS, mas é do MS. Não prioriza. E agora gostaria de parabenizar a Secretaria de Saúde pelo trabalho feito no planejamento da Operação Verão, deseja deixar registrado isso. Eles veem que este planejamento vem melhorando ao longo dos anos e percebem que eles pensaram em tudo e estão preparados e se surgir alguma emergência, ou alguma novidade terão que se reorganizar para atender imediatamente, mas nota-se que tem forças pra isso. Parabéns, ele acha que o adiantado de já conseguir apresentar aqui nesta data o planejamento completo foi bom. **Sr. Jeremias (UEL)** parte do que ele iria falar o Moacyr já antecipou, mas assim, a Cleide enquanto Coordenadora da Delegação do Paraná que esteve em Brasília na Conferência Nacional, queria perguntar o seguinte: o Paraná fez uma proposta para a Conferência Nacional relacionada a isso, que as Regiões de Fronteiras, assim como regiões de população flutuante, como a região de praias, fosse objeto de cuidado especial pela União, só que na Relatoria aí por acaso o Nilson é da Relatoria, omitiu, pegaram o Relatório para a Conferência Nacional, fizeram a revisão e uma das propostas que não constava no Relatório era essa que contemplava, uma proposta do Paraná. Queria saber se ao final, como que foi, como saiu antes do final da Conferência que por sinal, foi uma lástima, uma decepção tremenda, parecia uma convenção do PT ou alguma coisa parecida, desculpou-se, mas afinal conseguiu-se resgatar esta Proposta. **Sra. Cleide (SESA)** disse que não conseguiram resgatar. Entraram com recurso, quando foram colocado sobre as três Propostas que não entraram, eles foram lá, fizeram o recurso, foi complicado e o que eles colocaram era de competência estadual. Eles não entenderam, não quiseram entender como sendo uma proposta de âmbito federal, não houve entendimento. Como souberam da existência daquele caderno em cima da hora, entraram com recurso, mas as propostas nem foram para discussão. O Carnaval é e sempre foi o norteador para a SESA da Operação Verão. Então, hoje a Operação Verão tomou outro rumo, está muito maior e amplo. O Carnaval ele é o que os norteou sempre para iniciar a Operação Verão, tanto que só termina após o Carnaval. Isso está contemplado. **Sr. Vinícius (SESA)** em relação ao questionamento sobre as cavas, a violência e o trauma eles tem gêneses que não dependem de ações de Saúde. A gênese desta classe de doenças é voluntária, ou seja, o indivíduo toma a decisão de assumir o risco ou não. Existe exposição ao risco com determinado grau e haverá o trauma. E não há nada o que possam fazer em relação a isso. Tem uma tradição de ser um Estado paternalista. A autonomia individual parece que ele pode fazer tudo e o Estado tem que tomar conta dele. Se forem as praias de Santa Catarina, quantos salva-vidas são vistos nas praias de Santa Catarina. Nos Estados Unidos, tem guarda vidas lá. Não tem. Ou seja, aqui a gente quer tomar banho e ainda quer ganhar de graça o protetor solar e daqui a pouco haverá moção para distribuição gratuita de repelente. Não tem dúvidas em relação a isso, se não entenderem que isso é um problema que o individual tem ficado mais importante que o coletivo, é um problema ético a ser discutido pela sociedade brasileira. Mas a incidência de afogamento na Região Oeste ela é bastante pequena. Apesar de ser um lago enorme, é bem pequena. Não existe salva-vidas com a mesma concentração que nas praias, mas o banho de rio é diferente do banho de mar. O mar é extremamente traiçoeiro, associado ao uso de álcool e drogas, comportamento efusivo brasileiro e que portanto ele vai entrar na água e vai se afogar. Noventa por cento dos óbitos que acontecem, até mais de noventa por cento, quando o cidadão se afoga fora da área de cobertura do guarda-vida. Então se podem fazer uma medida preventiva e o Conselho tem uma participação importante nisso, é salientar a comunidade o seguinte: “se você quer se expor ao tomar banho de mar, faça-o perto do guarda-vida, pois ele poderá correr até você”. Será impossível evitar óbitos se os indivíduos continuarem a agir for desta forma. Tanto é que uma classe do trauma que estudam, frequentemente tem incidência cada vez maior de lesões RAQ medulares, lesões cerebrais graves, são os eventos com esportes radicais, haja vista Michael Schumacher, hoje está vegetativo por conta de um esporte radical, pelo qual optou, super treinado, capacitado, porque isso está associado ao risco ao qual a pessoa se expõe. Então adotaram a melhor estrutura de cobertura possível, mas não terá guarda-vidas nas cavas, não haverá guarda-vidas o tempo todo no Nhumdiaquara para avisar que está chovendo portanto saia, existem sistemas de alerta mas precisam da participação voluntária. Infelizmente ao fechar o Boletim da Operação Verão, terão óbitos com certeza. Terão queimaduras

por Água Viva, com certeza. Isso vai acontecer, clamam para que esta consciência coletiva possa ser estimulada, para que as pessoas possam entender que o Estado não tomará conta dele por toda a vida. Quando ele opta por usar drogas, é uma escolha individual, o que o Estado fará é cuidar da doença. Cada vez mais o objetivo será tratar pessoas cuja opção individual os expõe ao risco e o Estado arca com essa consequência. Devem fazer uma reflexão social, sugere a conscientização da sociedade de que vivem um período em que o dinheiro acabou faz muito tempo, não haverá recursos para todos, terão que fazer escolhas. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** agradeceu a apresentação da SESA, bem como a participação dos conselheiros e pediu para passar para o quarto assunto: Plano Estadual de Saúde aproveitando que o pessoal da SESA está aqui, e depois retornar ao assunto da Agenda Mínima que é uma coisa mais interna do Conselho. Revisou as decisões da reunião passada. Ficou decidido que a SESA iria apresentar o cronograma, pois já tinha feito uma apresentação prévia na reunião anterior, mas que este cronograma seria discutiram este cronograma. Perguntou se as Comissões discutiram, a resposta foi sim. Questionou se há alguma discussão ainda para colocar em votação sobre o cronograma. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ontem houve apresentação pela Maria Leonor de todo um cronograma, de toda uma legislação sobre a questão do Plano Estadual de Saúde, na última reunião ocorrida em novembro, houve um bom debate sobre o assunto e o SINDSAÚDE expôs sua posição de preocupação com o não cumprimento da legislação vigente, falaram inclusive em novembro que fariam um estudo sobre a matéria. Fizeram um estudo, disse ontem na reunião de Assistência, por isso quer repetir aqui como os representantes falaram em outras Comissões, de que o Calendário não está correto. E que tem a preocupação do não cumprimento do artigo trinta e seis e demais artigos na Lei oitenta oitenta, tem uma preocupação do artigo quarto da Lei oito mil cento e quarenta e dois que diz que se não tem Plano não tem repasse do Governo Federal. Se não tem Plano como a LOA disponibiliza recurso sem tem um Plano de Saúde. Diante dos estudos, fizeram um documento pedindo ao Ministério Público que análise a situação porque também, e tudo o que ela está falando não é do desconhecimento dos Gestores, ou dos Conselheiros e Conselheiras. Observaram também que a Portaria dois mil cento e trinta e cinco de vinte e cinco de setembro de dois mil e treze estabelece todas as questões de planejamento no âmbito do SUS e que também a inexistência do Plano estaria em desencontro, em não conformidade com esta Portaria. A SESA apresentou um cronograma de que o Plano Estadual de Saúde será apresentado sistematicamente, como já está na Agenda desde agosto. Vai apresentar sistemática no Conselho Estadual de Saúde do Paraná e que a meta é fechar o Plano em junho ou julho do ano que vem. Continuam com a preocupação, o SINDSAÚDE até reuniu a equipe que participa das Comissões e perguntou se todo aquele arcabouço legal e o posicionamento da SESA faria o posicionamento deles mudar. Quem estava na Comissão de Assistência viu que ela saiu da reunião, chamou os demais integrantes do SINDSAÚDE que fazem parte das demais Comissões deste Conselho e os questionou em relação a isso. O que houve foi a manutenção da preocupação e do não acordo com este prazo, porque eles entendem que não há legalidade nesta questão. Ressalta que estão abertos a outros entendimentos, a outros posicionamentos, mas neste momento eles entendem que não tem como construir a Programação Anual de Saúde sem Plano. Não tem, a menos que seja feito um Termo de Ajuste de Conduta e por isso que eles mandaram para o MP. Não sabe o que o MP fará, porque não é da alçada do SINDSAÚDE mas querem sim ao provocar o MP não uma, e não acha que isso vá acontecer, uma retaliação, mas uma melhor opinião, quem sabe uma opinião do SINDSAÚDE emitida por documento não seja melhor, quem sabe a opção da SESA não seja melhor. Salvo o melhor entendimento eles não concordam com aquele encaminhamento, salvo o melhor entendimento, ela acredita que deveriam ser mais ágeis nesta questão, já que todo o arcabouço legal, disse ontem que inclusive, o Gilson de Carvalho tem várias falas registradas no Google, que o prazo expirou no primeiro semestre deste ano. E nisso, quer lembrar que estão pedindo esta pauta faz tempo. Não se omite de dizer que erraram coletivamente, não exclui o SINDSAÚDE disso **(F6)** mas, também não pode deixar de dizer que a Gestão, por falta de não sabe o quê, também não apresentou em tempo adequado. **Sra. Terezinha (IBDA)** foi comentado na reunião passada, foi falado pela Maria Leonor ou pela Sandra e ela acha que muitos entenderam como ela entendeu e ela inclusive citou na reunião de ontem da Comissão, lembra que foi feito e disseram que iriam trazer mês a mês conforme iriam mexendo, trazendo para discussão, mas sua colocação e sua aprovação eram apresentação e aprovação em junho, na mesma reunião e sua colocação na reunião passada era apresentação em uma reunião e depois a apresentação com as emendas que possam sair da Plenária, já

apresentando todas as emendas, aí sim para aprovação. Para não acontecer novamente de ficarem aqui em reunião ordinária, extraordinária, discutindo, fazendo algumas emendas, as quais podem ser feitas e dizerem assim para o Conselho, foi aprovada, mas serão feitas as emendas sugeridas. Em dois mil e doze, foi aprovada com emenda em junho de dois mil e doze, mas só foi publicada em dois mil e treze, mas ela não viu as emendas que tinham feito na publicação feita. Tanto que teve discussão quando foi apresentada a LOA depois, pois não constava no Plano. Na reunião passada foi exposto isso e no cronograma não está. Independente da data que seja o cronograma não está especificado que será apresentação, discussão e outra apresentação com as emendas e aprovação. Esta no mês de junho a apresentação e aprovação tudo junto. Queria que ficasse bem claro isso nesta reunião, independente de como ficará as questões das apresentações e das datas. Que tenham uma apresentação no total na Plenária com as alterações que possam vir da Plenária e outra com as emendas já inclusas e apresentação. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse lembrar-se disso e ficaram combinados de que iriam aprovar o texto final. Já com todas as considerações, voltaria para este Pleno com texto final para aprovação. Está certo sobre isso conforme combinado com a Maria Leonor da SESA. **D. Rosalina (ASSEMPA)** acha que não dá para dizer que não estão cumprindo a Agenda e não podem reconhecer que a Agenda esteja atrasada, mas não dá para ficar lamentando o que fizeram ou deixaram de fazer. Sugeriu que encaminhassem fazer uma reunião extraordinária de um dia, fevereiro ou março, para finalizarem todo este processo do Plano e dando tempo de cumprir mais ou menos uma agenda e não ficar com a Programação Anual tão atrasada para poder fazer. Concorda que não tem como fazer a Programação Anual sem o Plano, nem pensar em despesas sem ter o processo de ordenação de onde sairá essa despesa. Seu pedido de encaminhamento é que seja marcada uma reunião extraordinária de um dia para trabalharem a questão do Plano. Porque eles tiveram vários fatores. Teve reunião de meio período, teve toda essa questão. Tiveram Comissões que não tiveram quorum para analisar o Plano. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pensa assim**,** reunião extraordinária é extraordinária, lá no momento adequado a Plenária define que precisa de uma reunião, se marca a reunião para o mês seguinte. Acha muito temerário já dizer que vão precisar de reunião extraordinária tal mês. Porque depois veem que não precisa e terão que fazer todo o processo inverso. Se houver necessidade dentro do cronograma, pedem e marcam e com todas as licitações não criará nenhum problema. É só marcar e fazer. Se for necessário. Acha que ano que vem tem que ter todas as extraordinárias que tiverem que ter, se for o caso do Plano Estadual de Saúde. Sem mais discussões, levando em consideração a fala da Elaine, ela expôs a decisão, a forma, porém já tinham definido na última reunião que discutiriam o cronograma porque seria a forma deles trabalharem. Isso não quer dizer que o Conselho Estadual concorda com o atraso, mas é a forma que encontraram para resolver. **Sr. Sezifredo (SESA)** primeiro, já lhe relatam o que ocorreu na reunião de ontem, ele já sabe a posição do SINDSAÚDE, eles já falaram que fizeram, acionaram o MP, estão buscando o entendimento jurídico, mas acha bom lembrar que para fazer um Plano de Saúde, tem que ter referenciais, tem um processo. Alguém aqui, gostaria de ter o Plano de Saúde elaborado sem subsídio da Conferência Estadual de Saúde? Quem gostaria de ter um Plano de Saúde elaborado sem subsídio da Conferência Nacional de Saúde? Alguém aqui gostaria de ter um Plano de Saúde sem discussão? Ele acha que não, que todos aqui sabem o processo como é. E acha que em nome da SESA, todos os Programas, todas as Redes, estão instituídos, aprovados, estão em desenvolvimento. Parece lhe muitas vezes buscar algum tipo de entrave que possa de alguma forma colocar em dúvida o propósito do Gestor. Como se aqui todos não tivessem construindo um SUS que seja eficiente, que seja, enfim com todas aquelas Diretrizes. podem fazer questionamentos, estão à disposição para esclarecer porque o Plano Estadual de Saúde tem que ser elaborado de forma adequada. Talvez possam encurtar prazo, claro que podem. A proposta da D. Rosalina possa ser feita, agora, não podem também querer colocar entraves que existem muito mais na percepção que as pessoas têm do mundo do que propriamente na vida real, querer ser mais realista que o rei neste momento, é perda de tempo. Eles tem um trabalho a fazer, tem que ser feito de forma adequada, podem pensar em algumas etapas de agilizar, acha que isso é importante. O diagnóstico por exemplo, acha possível acelerar este processo, todos aqui já tem percepção da realidade epidemiológica, social, demográfica do Estado do Paraná. Agora, não vão criar na área jurídica tem um negócio que se chama Chicana, existe também no automobilismo, que são aquelas voltas que se dá para evitar alguma ação. Não é o caso. Estão aqui para construir uma política sólida para a Saúde, para os quatro anos e irão fazê-lo. Não tem nenhuma preocupação como SESA, a equipe, de procurar fazer o mais célere possível este

processo, não podem queimar etapa, nem há como questionar o desenvolvimento das ações, dos Programas, o funcionamento, porque estarão conspirando contra o interesse da população. Em detrimento de um questionamento que existe muito mais na percepção que as pessoas tem do mundo. **Sra. Sonia (CREFITO)** são duas questões, uma é colocar como o Neto colocou a situação, não que concordem com os prazos que estão sendo colocados. Por uma posição do Conselho, não concordância com este prazo que está esgotado e propondo para que o próximo seja cumprido o prazo. A segunda questão, acha que quando o Sezifredo fala em encurtar o tempo, ela acha que tem que ter uma discussão sim e acha que algumas etapas já poderiam ter sido discutidas e feitas, elaboradas antes mesmo da Conferência, destas outras etapas. Isso seria uma complementação para o Plano estratégicos e outras etapas. Então, não pode falar que não foi nada até agora, já deveriam ter sido feitas algumas etapas deste planejamento com antecedência. Coloca aqui que este Conselho precisa colocar seu posicionamento, se colocar mesmo e uma recomendação para o próximo e de realmente encurtar este prazo. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** primeiro: assim, ele quis dizer, não é que estejam colocando opinião do Conselho porque na última reunião do Conselho já expuseram suas opiniões. Não adianta agora, pois acha que é fazer a mesma discussão várias vezes, que não adianta mais o que eles já discutiram, já sabem o que cada um pensa, não adianta ficar tentando voltar naquilo que já foi dito. Ele mesmo expôs sua fala na outra reunião, pediu licença da Presidência e discorreu muito perto de algumas coisas que eles fingem não vê a obviedade. O que o Sezifredo falou aqui, ele nem queria falar. Ele já disse e já expuseram aqui. Não podem deixar a Plenária cansativa e incorrer, como eles veem em outras sessões em outras instituições que ficam ali. O que eles tem que discutir e quando todos colocarem sua posição e definirem um caminho, tem que seguir, tem que ir naquele caminho. É um sonho, queriam estar com tudo aprovado agora, queriam. Queriam uma bela Conferência Nacional, queriam, mas tiveram a pior da história. Terão algum fruto para o Plano Estadual de Saúde, nenhum. Esperar a Conferência Nacional não adiantou de nada, porque não saiu nada. Foi uma árvore seca. Regada, plantada por todos os municípios do Brasil e que nasceu seca, sem frutos. Eles estão num segundo momento e devem avançar. É isso que irão fazer, como irão fazer, é adiantar. É uma proposta adiantar. Ele acha isso interessante, solicitar a SESA que verifique a possibilidade de antecipar algumas etapas. Se der para adiantar, então sim, estarão avançando na discussão. Informou que na fala da Elaine encerrará as inscrições. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** às vezes lhe parece que algumas salas que querem colocá-los na berlinda. Só que assim, a berlinda, é um lugar que ela acha que não tem espaço no Conselho, porque estão tentando criar uma história de defesa do Sistema Único de Saúde e de posições divergentes e muitas vezes e convergentes em outras vezes. Então ela acha que assim, usar que é uma percepção, para ela, no juridiquês também tem um diagnóstico, uma terminologia para isso. Que ela prefere nem falar, para não causar pretensas ofensas. Agora, a sua percepção, ou a percepção dos trabalhadores na Saúde, internos da SESA é que eles tem uma estrutura montada, portanto, não é uma percepção, eles tem vinte e duas Regionais, eles tem os hospitais, eles tem toda uma estrutura montada. Eles tem muitas vezes como os próprios funcionários falam, mais cacique do que índio. Índios são eles que fizeram concursos e os caciques são aqueles que chegam muitas vezes, sem entender das coisas e talvez não ajudaram a planejar o Plano Estadual de Saúde e não ajudaram a assessorar quem estava no comando maior como o Secretário e o Sr. Sezifredo está e talvez eles sejam cargos políticos que a SESA nem tem autonomia de mexer, mas não podem dizer que o Plano Estadual de Saúde não foi feito por conta de que a lei é desconhecida. Não foi feita, por inoperância do planejamento. E há uma diminuição da equipe de todas as Regionais e desse núcleo central em relação ao planejamento. Aí ela se solidariza com quem está lá na ponta, pensando em planejar e com quem está aqui com trinta e poucos anos de serviço no planejamento que nem precisa citar nomes, e que não conseguiu fazer por falta de estrutura, enfim, destes problemas que vem acontecendo há muito tempo. Ela concorda exatamente com a fala do Sezifredo no que tange a seguinte afirmação. Já poderiam ter apresentado o diagnóstico, porque o Relatório de Gestão dos quatro anos vem apontando um diagnóstico, ela acha o Relatório muitas vezes quantitativo e pouco qualitativo, mas com certeza eles têm estes dados muito mais presentes. Não dá pra dizer que alguém aqui queria um Plano de Saúde sem a opinião da Conferência, de forma alguma, porém a Conferência aconteceu em agosto e essa pauta está no Conselho Estadual de Saúde do Paraná há meses sem que a SESA venha apresentar e no mês passado viu quando ela perguntou se essa pauta estava ali fictícia ou ela é para valer. Porque vir para a reunião do Conselho com uma pauta de Plano Estadual de Saúde, vir aqui na primeira, segunda e terceira reunião e o

Plano não é apresentado, é desperdício de tempo, dinheiro e de ânimo. Então assim, o SINDSAÚDE não quer nenhum estardalhaço, eles querem exatamente o que ela concorda na sua fala, atender o interesse da população, e fazer isso, nada melhor do que um Plano Estadual de Saúde, com análise da situação de Saúde, e a preocupação deles é uma: como que se dá legalidade aos atos do Conselho, aos atos da Gestão, sem um Plano Estadual de Saúde. É essa resposta que eles estão procurando. E por isso o posicionamento deles. Não tem nada de retaliação, não tem nada há ver com percepção. É uma análise diferente da realidade. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** encerrado o período de discussão, coloca em processo de votação o cronograma apresentado nas Comissões. Os Conselheiros favoráveis favor erguerem seus crachás. Contrários. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** pediu que informassem o resultado da votação. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** informou que foram quatorze votos aprovando o cronograma. Dez contrários. Abstenção. Zero. Confirmando conforme contagem feita pela Secretaria Executiva, quatorze a favor, dez contrários e nenhuma abstenção. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** rebateu dizendo que deu treze ou doze, dez não deu. A menos que as pessoas votaram duas vezes. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** a primeira deu quatorze, aqui deu treze. Correto. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** contestou a votação. Pediu desculpas, mas essa votação a contagem não está correta. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pediu nova contagem para não ficarem dúvidas. Pediu que mantivessem seus crachás erguidos. Favoráveis. Quatorze Conselheiros. Contrários. Treze votos. Abstenção. Aprovado cronograma. Declaração de Voto. **Sra. Terezinha (IBDA)** declarou seu voto, ela não sentiu clareza e firmeza no que diz ao cronograma na questão que tange a apresentação emenda e outra para aprovação, isso não está contemplado neste cronograma. Ontem na Comissão isso foi questionado na Comissão que não estava. Ela poderia ter mudado e alterado. E não foi alterado nem mudado. E ela alerta a uma coisa: quando fizerem apresentação terão que voltar e remeter a leitura desta Ata, infelizmente. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** pediu para registrar o voto contrário do SINDSAÚDE. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pediu a todos que tem o assunto de medicamentos e que estão com a Deise aqui para passarem este assunto. **D. Rosalina (ASSEMPA)** disse que não ficou muito claro no encaminhamento em que ela pediu uma reunião extraordinária para adiantar a discussão do Plano. Talvez contempla essa solicitação da Terezinha que ela não está trazendo. Talvez se o Sezifredo concordou que a SESA fizesse esse adiantamento e isso precisava ficar acordar pela Plenária se dá para fazer ou não. Tem cronograma mas o que foi colocado, votaram o cronograma, mas na fala do Sezifredo ele disse que o cronograma dá para ser adiantado. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** sugeriu que se a SESA adiantar alguma coisa ela informa e então convocam a extraordinária. O que não podem é convocar a extraordinária já e depois vem todo mundo aqui, como já aconteceu, e o documento não chegou, então todos voltam para suas cidades sem nada debatido. Pede para que todos pensem no custeio, pensem nas coisas. Não é assim. **D. Rosalina (ASSEMPA)** disse que quer deixar registrado, porque se eles deixam uma data mais ou menos em acordo com a SESA, os documentos precisam estar disponíveis para analisar. Não dá pra deixar para votar em junho. Votou concordando, mas assim, eles podem adiantar para terem essa situação resolvida quanto mais rápido, pois ficam travados em ações que não tem como trabalhar. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** falou que deveriam “chutar” uma data aqui. Não tem cronograma para a data. É o cronograma, caso a SESA tenha alguma coisa eles convocam alguma extraordinária. Isso está aprovado. Não podem alusivamente pensar numa data e esperar que tenham alguma coisa. Podem passar para medicamentos. **Sr. Jonas (CUT)** pediu para retirar o assunto dos medicamentos porque já conseguiu com a Secretaria, resolveram. Era uma falta de medicamentos na Décima Quarta Regional. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** agradeceu a colaboração devido ao tempo escasso. Então, proposta de Agenda Mínima para dois mil e dezesseis e de Calendário dois mil e dezessete. Esta é uma proposta que começam a analisar hoje, receberão a proposta, mas que não precisam aprovar no dia de hoje, pode ser aprovada no ano que vem. Para terem as primeiras noções, mas a reunião de fevereiro tem que sair daqui aprovada, porque tem que ser definida a pauta e tudo o mais. **(F7)** a Secretaria Executiva fará a apresentação. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** informou a proposta tanto de Calendário como a proposta de Agenda Mínima para dois mil e dezesseis. A proposta de Calendário para dois mil e dezesseis é previamente estudada. No mês de janeiro não terão nenhum evento como de praxe. No mês de fevereiro, no dia dois, Mesa Diretora, MENPSUS não teve nenhum evento até então e Comissões da mesma forma, bem como reuniões ordinárias e extraordinárias. No dia vinte e cinco a reunião ordinária e no dia vinte e seis a reunião extraordinária. No mês de março, dia nove de março, reunião da Mesa Diretora, a MENPSUS no dia

vinte e nove, as Comissões no dia trinta e a reunião ordinária do mês de março no dia trinta e um. No mês de abril, a Mesa Diretora no dia treze, a MENPSUS no dia vinte e sete, as Comissões no dia vinte e oito e a reunião ordinária no dia vinte e nove. Em maio, Mesa Diretora no dia onze, a MENPSUS não foi informada data, as Comissões na quinta-feira, a reunião ordinária no dia vinte e o evento a Sétima Plenária de Conselhos no dia vinte e um de maio. Porque no dia vinte e seis é feriado de *Corpus Christi*. Em junho, Mesa Diretora no dia oito, MENPSUS no dia vinte e dois, Comissões no dia vinte e três e reunião ordinária no dia vinte e quatro. No mês de julho, Mesa Diretora no dia seis, MENPSUS no dia vinte e sete, Comissões no dia vinte e oito e reunião ordinária no dia vinte e nove. Em agosto, Mesa Diretora no dia dez, MENPSUS no dia vinte e quatro, Comissões no dia vinte e cinco e reunião ordinária no dia vinte e seis. Setembro, Mesa Diretora no dia quatorze, MENPSUS no dia vinte e oito, Comissões no dia vinte e nove e reunião ordinária no dia trinta. Outubro, Mesa Diretora no dia cinco, MENPSUS no dia vinte e cinco, Comissões no dia vinte e seis e reunião ordinária no dia vinte e sete. Novembro, Mesa Diretora no dia nove, MENPSUS no dia vinte e três, Comissões no dia vinte e quatro e reunião ordinária no dia vinte e cinco. Por último, no mês de Dezembro, Mesa Diretora no dia primeiro, MENPSUS no dia quatorze, Comissões no dia quinze e a última reunião ordinária do ano de dois mil e dezesseis prevista no dia dezesseis. Agora anunciando a proposta de Agenda Mínima para dois mil e dezesseis: no mês de fevereiro, nos dias vinte e cinco e vinte e seis de fevereiro, terão a ducentésima vigésima oitava reunião ordinária, terão como assunto, Evento a Certificação da Gestão dois mil e doze e dois mil e quinze, a instalação da Nova Gestão dois mil e dezesseis a dois mil e dezenove juntamente com a leitura do Regulamento Eleitoral e Eleição e Posse da Mesa Diretora Gestão dois mil e dezesseis. No dia vinte e um de março, terão como assunto o Relatório Quadrimestral de Gestão Terceiro Quadrimestre de dois mil e quinze, bem como apresentação, apreciação e aprovação do RAG dois mil e quinze. No mês de abril, dia vinte e nove, terão a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO como Evento terão no dia vinte e um de maio, a Sétima Plenária de Conselhos, bem como o Relatório Quadrimestral do Primeiro Quadrimestre de dois mil e dezesseis e a Programação Anual de Saúde. No mês de junho, terão a apresentação do Plano Estadual de Saúde dois mil e dezesseis a dois mil e dezenove. Em agosto, avaliação do Planejamento Estratégico do Conselho, bem como a Lei Orçamentária Anual a LOA e em setembro no dia trinta, o Relatório Quadrimestral de Gestão do Segundo Quadrimestre de dois mil e dezesseis, lembrando que isso é uma proposta para discussão dos Conselheiros e Conselheiras. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** lembrou que está faltando a Programação Anual de Saúde pois como conversaram aqui, eles tem que fazer uma discussão de como o Conselho vai deliberar sobre a Programação Anual de Saúde, vai votar como fazia antes ou vai alterar correspondente ao Exercício da LOA. **Sra. Marise (SESA)** está ali a avaliação do Planejamento Estratégico do CES, mas antes de colocar ali avaliação, a nova Mesa, a nova Gestão tem que ter um novo planejamento se for o caso para depois inserir a avaliação. Ali tem avaliação mas não tem a criação do novo modelo estratégico da nova Gestão. **Sra. Terezinha (IBDA)** ela está preocupada porque no mês de agosto está a questão da LOA, todo ano eles tem falado da LOA que é apresentada em setembro e fica no afogadilho novamente. Ela acha que a LOA ao invés de estar no mês de agosto, ela deveria começar em junho, vindo para discussão nos meses de julho e agosto. Para fazer em agosto, ficam afogados de novo porque ela já foi apresentada. E aí será discutida o que, vem a Plenária se discute mas vem a historia, já está na Assembleia. Ela queria que a LOA estivesse bem antes do mês de agosto. **D. Rosalina (ASSEMPA)** o quadrimestral e o outro, mas só tem em março, mas ela acha que tinha que ser em fevereiro, e o RAG em março, colocaram os dois no mesmo mês. E essa apresentação do Plano em junho, ela seria parcial, porque o que acordaram aqui é que ela seria antecipada e aí não poderia ser aprovada porque não estão com o processo hoje. **Sra. Solange (FESSMUC)** acha que já está contemplada, porque já tem um acordo de que num mês será feito a apresentação do Plano e no outro mês a aprovação. Tem que corrigir isso. No entanto, o Neto fez uma fala de que seria apenas uma apresentação, o Mauricio está levando em consideração o que está sendo feito aqui e esta Agenda Mínima e eles tem sim que aprovar a reunião de fevereiro e então discutir a Agenda Mínima em fevereiro. Então a Agenda Mínima tem que ser pauta em fevereiro. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** isso é para já irem pensando para não chegar em fevereiro, para fazer as propostas e aprovarem, para não terem que pensar em fevereiro para discutir em março, porque aí já passaram algumas coisas. Lógico, que o Plano de Saúde está aí porque foi antes da discussão de hoje, isso foi o que fizeram na reunião da Mesa. O quadrimestre com a RAG é o que vem sendo feito, há três quatro anos tem sido feito desta

maneira. Não foi esta Mesa que definiu fazer desta maneira. A LOA, aqui é agenda mínima, estão dizendo que em agosto com a LOA aqui ou não ela está na Agenda, ela será pautada pelo Conselho, independente da Secretaria. Se a Secretaria puder mandar a LOA em julho, agosto, antes de agosto, melhor para o Conselho porque dá tempo de analisar, mas é o prazo máximo que se dá dentro da Agenda Mínima. LDO entregue em abril, não tem. Bem como a LOA entregue em julho, mas não virá não tem como, nem que por dez vezes a equipe da SESA que existe hoje, até porque não é SESA a Lei Orçamentária é geral, é de todas as Secretarias. Mas podem pedir para que venha o quanto antes melhor. Acha que o que a Solange falou, será pautado para fevereiro para concluir a Agenda Mínima de dois mil e dezesseis. O Calendário também fica um pouco temeroso de fechar hoje porque terão um novo Conselho em fevereiro que podem definir que não querem reunião de quinta e sexta mais. Ele acha loucura, sair da quinta e sexta. Porque hoje estão aqui e amanhã terão que trabalhar, chegam à noite em casa, principalmente quem vem de fora. Mas, é um novo Conselho quem vai votar. A única coisa que não podem deixar passar é fevereiro porque está tem que estar marcada. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela acha que a fala do Neto tem um ponto positivo, tem outro Conselho vindo aí, ele tem que discutir isso, mas acha que podiam deixar marcado inclusive como orientação ou como recomendação algumas pautas mínimas que estão ali. Mas entende que quando alguns Conselheiros colocam que eles tem o RAG anual e o RAG quadrimestral e que tem o Plano Estadual de Saúde, mas é lógico que terão que prever ou pelo menos colocando como observação de ter necessidade de que no primeiro trimestre tenham uma reunião extraordinária. Como é que ela ou o Neto, concorda com a fala que o próximo Conselho terá que definir, mas acha que tem que deixar pistas. Ela discorda, ele tem o direito de falar e ela de contestar, que se a SESA puder apresentar antes, a SESA tem um ano para fazer um Plano Estadual de Saúde, trezentos e sessenta e cinco dias para elaborar o Plano e daí a dizer que a SESA tem que dizer.... o próprio Sezifredo falou que o diagnóstico pode ser apresentado, se não fizerem um calendário mínimo do Plano Estadual de Saúde, isso não é brigar com a SESA, é brigar pelo seu dever nem é pelo seu direito, é o seu dever de Conselheira de fazer uma pressão na Secretaria Estadual de Saúde, para que ela cumpra seu papel. Assim como todos podem cobrar a leitura de ata, leitura de documento, estudo de portaria, estudo da LOA, estudo do Relatório de Gestão. Então ela concorda com a Terezinha, de novo, falar que vão discutir a LOA em agosto e ela chegar apenas em setembro, acha que devem fazer movimentos anteriores para que as Secretarias, o Governo, a PGE entendam que eles tem o dever de analisar o Orçamento prévio. Então ela quer pedir um: primeiro, eles tem que alterar a questão da apresentação do Plano Estadual de Saúde e a LOA, os dois, que a data limite lá seja a que foi definida antes, para quem votou assim, ela não está conformada, mas aceita a decisão democrática. Parece-lhe inaceitável o Conselho ficar dependendo dos prazos da SESA, eles tem que sugestionar para que a SESA agilize a apresentação dos dados, ela estará compilando os dados para o Relatório de Gestão para fevereiro, para fazer a primeira apresentação PAS em geral tem duas versões. Portanto, fevereiro, tem eleição da Mesa, a sua proposta é que tenha apresentação do diagnóstico da análise situacional da Saúde pelo menos e aí o Relatório de Gestão de dois mil e quinze, fechando Relatório em março, trazendo o Plano para discussão de novo em março para discussão e aí a LDO está ali colocada e a LOA adiantada para fazerem um bom debate, pois estarão eles, com o Plano Estadual de Saúde construído fresquinho na cabeça para pensar na alocação de recursos. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que irá esclarecer, pois não sabe se ela entendeu ou fez que não entendeu. Ele não comentou ou agora não comentou sobre o Plano, data de Plano e se vai entregar Plano. Ele disse que isso já estava lá, antes da discussão a partir da discussão, lógicamente aquilo tem que ser retirado. Falou isso. Falou da LOA, que ele acha preocupado a data de entrega ser setembro e se for discutida em agosto já estão avançando. Esta Agenda Mínima da LOA em agosto está aqui pelo menos desde dois mil e seis, quando entrou no Conselho, nunca mudou. Eles podem mudar, porque não será ele nem esta Mesa, nem a próxima Mesa que decide a Agenda Mínima, quem decide é o Plenário. E este Plenário durante quatro anos, pois é o mesmo Plenário, votou por agosto. É obvio que esta Mesa não iria mudar uma coisa de quatro anos, a Plenária muda. Só acha que historicamente ele não pode ter ideias fantasiosas. Ele nunca viu chegar antes de agosto, em nenhuma Gestão. Se eles quiserem colocar em julho, a Plenária colocar em julho. Será colocada na Agenda Mínima, mas tem que ter o pé no chão e saber como se fazem as coisas e como se constroem os documentos. Então aqui, até falou se é uma proposta que está aqui é para análise e para futura votação em fevereiro, isso já estará pautado em fevereiro. Mas é uma ideia para ir se construindo, a ideia é construir a LOA em julho, irão colocar

como Agenda Mínima em julho. Isso não quer dizer nada mais que a pauta de julho vem apresentação da LOA. Toda a pressão que deve ser feita a SESA pode ser feita a qualquer momento, em qualquer reunião independente da Agenda Mínima, votada e aprovada. Ele acha que não interfere em nada e não é ele que vai mudar nem como Presidente, até porque nesta votação provavelmente nem será ele mais Presidente, irá voltar a ser Conselheiro, irá votar como Conselheiro. O que precisam agora é votar fevereiro, porque esta não tem mais prazo e extraordinária, tem que ter a noção e essa Mesa teve isso, essa Mesa tem que dizer a outra Mesa quando terá que fazer reunião extraordinária. Ele crê que eles tenham que ter uma nova Mesa para dizer e trabalhar junto com todos este Calendário, até porque a proposta que eles apresentam é uma mas a proposta que ele, Neto, tem para fevereiro é outra, é diferente da proposta que eles apresentaram no Pleno. Ele acha que a Mesa nova tem que ter essa oportunidade de saber as extraordinárias, só na construção da pauta que se veem a necessidade de extraordinária ou não. Faz dois anos que esta Mesa está aqui e fizeram muitas discussões e notaram que muitas vezes, que tinha uma extraordinária que não era necessária. Eles desmarcaram junto com o Pleno no primeiro ano, quantas extraordinárias, seis ele acha, foram unânimes a decisão do Pleno em desmarcar seis extraordinárias. Este Pleno entendeu que não tinha necessidade. Então ele acha prejudicial este avanço antecipado. Essa é uma opinião dele. Podem ir para a votação de fevereiro. Então fevereiro será nos dias vinte e cinco e vinte e seis. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela pediu esclarecimento do porque que ele falou em votação de fevereiro, como ele pensa em proceder a votação. Ela não entendeu a metodologia. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** ele irá explicar, ver como será fevereiro. Fevereiro, dias vinte e cinco e vinte e seis. Terão a reunião ordinária e uma extraordinária, para Certificação deste Conselho com Nomeação e Posse do novo Conselho e uma extraordinária para eleição da Mesa Diretora. Em dois mil e doze fez a ordinária, no primeiro dia, extraordinária de Certificação e Posse no segundo dia pela manhã, eleição da Mesa no período da tarde, esta é proposta de dois mil e doze que eles trouxeram. Porém, ele como Conselheiro, ele faz a proposta inverso. No dia vinte e cinco de manhã, fariam Certificação e Posse do novo Conselho e à tarde eleição da Mesa. E no segundo dia, a reunião ordinária. Podendo começar a reunião no próprio dia vinte e cinco, logo após a eleição geralmente não leva a tarde toda, normalmente leva uma hora, uma hora e meia. Já que tem muitos assuntos, começariam a reunião ordinária na sequência. A última eleição de Mesa foi assim. Em discussão. Alguém quer fazer algum comentário, alguma preferência. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** ela quer ampliar a discussão pensando qual a pauta que este Conselho quer para esta reunião, esta nova Mesa ao assumir saberá que vai discutir naquela data, o que ela propõe é que na reunião de fevereiro, tenham a apresentação do Plano Estadual de Saúde nos itens em que a SESA já conseguiu se organizar, o Plano Estadual de Saúde tem que estar garantido aqui. Se o Relatório Anual e ela entende também que a SESA pode trazer a primeira versão, mas já podem iniciar a leitura e o debate e inclusão de itens. Então que estes dois pontos sejam pautas. E quer dizer que não há nenhum interesse em relação a isso, até porque o SINDSAÚDE pediu uma série de pautas num ofício no início de dezembro que vamos dizer assim, de certa forma, ficarão para depois. Seu interesse é discutir os Instrumentos de Gestão que é a base para poderem dar continuidade ao trabalho no correr do ano de dois mil e dezesseis. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** se eles conseguirem fazer esta proposta de eleição no dia vinte e cinco, acredita que ganhem este tempo de Plenária das três às seis porque é o dia que ficarão aqui, três horas de Plenária e que no dia seguinte um dia todo de Plenária, acredita que dê para discutir muitos assuntos que ficaram de um ano para outro ano. E quem for eleito na Mesa, esta Mesa se compromete a se reunir o mais breve possível, até tentar adiantar a reunião que está para comecinho de fevereiro, para final de janeiro, para lançar a pauta com bastante antecedência para as pessoas irem olhando e quando a nova Mesa assumir já sabem a pauta. Lembrando que a Mesa será uma totalmente renovada, pois esta Mesa está há dois anos e conforme o Regimento não pode se reeleger mais uma vez. Mas o Conselho basicamente vai mudar, mas não mudará muito. Muitos que estão aqui hoje estarão no ano que vem e poderão auxiliar a Mesa nas discussões. **(F8)** Alguma nova proposta de encaminhamento. Colocou as propostas em votação. A primeira proposta: reunião ordinária no dia vinte e cinco, Certificação, Nomeação, Posse e Eleição no dia vinte e seis. A segunda proposta, inicialmente feita por ele, Certificação, Nomeação, Posse, Eleição e início da reunião ordinária no dia vinte e cinco e a continuação da reunião ordinária no dia vinte e seis. Os favoráveis a primeira proposta favor ergam seus crachás. Os favoráveis a segunda proposta favor erguer os crachás. Abstenção. Uma abstenção, aprovada a segunda proposta, então esta é a última

reunião dele como Presidente, na próxima só fará a Certificação e Nomeação. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** o interrompeu afirmando que fez uma proposta. Ela fez a proposta da pauta de fevereiro, será colocada em votação. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** explicou que Plano Estadual de Saúde é pauta permanente e estará pautada com apresentações que estiverem prontas até o momento. a proposta é trazer o Relatório Quadrimestral para fevereiro, alguém discorda. Tem as Atas, tem algumas coisas que tem que por, tem Agenda Mínima, Calendário tudo em fevereiro. **Sra. Terezinha (IBDA)** perguntou se está garantindo a Agenda Mínima de fevereiro. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que estará na pauta. Próximo assunto: Comissões. Comissão de Educação Permanente. **D. Rosalina (ASSEMPA)** eles não tiveram quorum na reunião da Comissão ontem, então por isso pediram ponto de pauta, porque, primeiro, agradecendo a participação dos Conselheiros Estaduais e a Regional aqui de Curitiba pelo Evento que tiveram ontem de entrega dos Certificados dessa última Regional da Segunda Oferta do Curso que foi, para ela surpreendente, pois teve alguns problemas com esta Regional para começar o Curso e finalizou com uma participação muito boa dos Conselheiros que participaram. Na Terceira Oferta do Curso que está em andamento, em doze Regionais que foi aprovado para terminarem o que estava no Plano Estadual que é a capacitação dos trezentos e noventa e nove Municípios, eles fizeram a apresentação do Curso nestas doze Regionais, tiveram a banca de seleção dos facilitadores, tiveram cento e doze inscritos e foram selecionados, mas ficaram algumas Regionais que deu deserto, Regional de Pato Branco e Guarapuava que ainda faltam facilitadores. Pato Branco, não conseguiram chegar antes do dia trinta e a data para postagem vencia dia trinta. E contaram com o apoio das Regionais e esta Regional não fez a divulgação para os Conselheiros se inscreverem. A banca reunida decidiu que precisa abrir um novo chamamento público para estas duas Regionais para poder completar o quadro de sessenta e três Facilitadores. Foi um trabalho que fizeram durante um mês de divulgar este Curso. **Sra. Joelma (CMP)** fizeram a apresentação do Curso nas doze Regionais onde serão os Cursos. Concluíram ontem a etapa Segunda Fase do Curso, tiveram a Primeira Fase com cinco Regionais no ano passado, ontem finalizaram com Curitiba mais cinco Regionais, totalizando dez Regionais do Estado do Paraná, com a Formatura da Segunda Regional e agora iniciará em março a Terceira Fase do Projeto com doze Regionais totalizando as vinte e duas Regionais. Em fevereiro do ano que vem, está pautado, para que possam apresentar o Relatório destas dez Regionais. Tem que incluir na pauta este ponto de pauta. Fizeram então uma reunião em cada uma das doze Regionais, apresentando o Curso para os Secretários Municipais de Saúde, Secretarias Executivas dos Conselhos Municipais, Presidentes dos Conselhos Municipais, Assessor da Regional para o Controle Social e os Diretores das Regionais. Da Primeira Oferta e da Segunda Oferta para a Terceira Oferta houve um ganho muito grande, pois nas duas primeiras não tiveram acolhimento tão bom quanto tiveram nesta Terceira. Isso se deu pelo fato dos Secretários se conversarem nas CIBS e nos Municípios onde já tiveram os Cursos o papel do Conselho, entendimento da importância do Conselho e as ações do Conselho melhorou muito. Então nesta Terceira Oferta, teve participação de Secretários nas reuniões com maior efetividade, agradecendo ao Conselho Estadual e ao Estado do Paraná, por este projeto. Porque não existe em Estado algum um projeto como este dentro do Estado do Paraná. E tem outros Estados pedindo o Projeto e a participação desta equipe para auxiliá-los a criarem seus próprios Projetos. Exemplo disso é a Bahia, Tocantins, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Eles ficam muito felizes por terem pensado nesta proposta lá atrás, ela não participa mais como Conselheira, mas como Coordenadora, que foi instituída por Resolução deste Conselho. O levantamento que eles fizeram destas Regionais que irão apresentar em fevereiro mais estas doze reuniões, falta conhecimento para os Conselhos, Conselhos sem paridade, Conselhos sem entendimento, não só do Segmento de Usuário, mas principalmente do Segmento de Gestão. Gestor que não tem conhecimento do papel do Conselho. Gestores despreparados. Agora estarão encaminhando, pois passa além do papel enquanto Conselho, enquanto SESA, enquanto COSEMS, enquanto MP, terão que fazer uma ação em conjunto, a proposta é marcar uma reunião para conversarem em conjunto com os outros parceiros de trabalho, para que possam trabalhar em conjunto porque as leis que constituíram os Conselhos estão muito defasadas. Os Conselhos se criaram a partir das municipalizações. Não tinha entidade suficiente para compor Conselho, o Prefeito indica a Primeira Dama para compor o Conselho, indica pessoas dentro dos Conselhos Municipais ferindo toda a legislação. Fizeram levantamento e já passaram para o Doutor Marco Antonio do MP e precisam fazer esta parceria com o COSEMS, MP, SESA e Conselho Estadual para retornar ao MP e ajudar os Conselhos a dar este passo à frente. Informou que o Relatório está à

disposição e será passado à Secretaria Executiva do Conselho para consulta e leitura dos Conselheiros. Agradeceu a Décima Sétima Regional de Saúde que foi na pessoa da Doutora Terezinha que disponibilizou, ela e ao Tenório para poderem correr o Estado com carro, com motorista para poder desenvolver este trabalho. Pediu para deixar registrado, pois se tratava de um sonho deste Conselho poder trabalhar os Conselhos Municipais de forma a fortalecer o Controle Social no Paraná. **D. Rosalina (ASSEMPA)** no planejamento estratégico do Conselho Estadual de Saúde do Paraná e na última Conferência que fizeram o planejamento do Conselho em cima do que os Delegados proporcionaram, uma das reclamações constantes dos Conselheiros Municipais era a ausência do Conselho Estadual, então, com base nisso, criou-se a ação de tornar o Conselho Estadual mais próximo dos Conselhos Municipais. Essa é uma meta que foi cumprida. Conseguiram não só o Curso, mas conseguiram falar com os trezentos e noventa e nove Conselhos do Estado do Paraná. Ela não podia deixar de registrar porque foi uma meta que construíram neste mandato de quatro anos e citar que tinha muita confusão das pessoas não saberem e neste andamento que conseguiram e com este recurso repassado fundo a fundo para cada Conselho Municipal, tem certeza que quando forem analisar a próxima meta da Comissão de Educação atingirão a meta do SIACS também. Outra coisa que quer deixar registrado também é que o setor mais envolvido neste processo, são os trabalhadores. Tem um compromisso muito grande de estar neste Curso e de repassar dentro do Conselho, mas o que precisa falar é que também começaram as denúncias. Pois os Conselheiros independente do Segmento que fizeram o Curso e começam a discutir e colocar em pauta como as coisas devem ser feitas e falar que está errado, o Prefeito pede para trocar. É isso o que a Joelma expôs, pois precisam um novo caminho, sabiam que não era fácil, mas por isso procuram a parceria e trouxeram o Relatório para mostrar os resultados. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** ele vai parabenizar e não vai por em discussão porque em fevereiro coloque a Comissão de novo e encaminhar. Voltaram a discutir para abrir em Plenária, foi bom explanar sobre o trabalho que está sendo feito, não é fácil, mas que a Secretaria Executiva vai demandar o Relatório para a apreciação de todos os Conselheiros. Pediu que às Comissões que chamar também priorizem as questões de deliberação para definir e conseguirem fechar e o que puder, agenda para pauta de fevereiro. **Sr. Jeremias (UEL)** disse que tinham cinco pontos de pauta para trazer, agora tem quatro. O primeiro, diz respeito a resposta que a SGS sobre o Convênio número cinquenta e nove e sessenta de dois mil e onze firmado com o Hospital de Guarapuava. O encaminhamento que traz para o Pleno é o de verificar se foi efetivado o encaminhamento aprovado pelo CES de formalização de Termo Aditivo no sentido de garantir dedicação mínima ao SUS. Fizeram este encaminhamento na reunião passada e precisam ter certeza que foi encaminhado isso, se a Secretaria Executiva. Foi questionado e ficaram na dúvida. Responderam que sim, mas ficaram com dúvida e querem garantir que o que foi aprovado no Pleno foi cumprido. Se foi encaminhada a proposta que seja adotado como regra para todos os Termos de Cooperação firmados pela SESA com Entidades privadas com ou sem fins lucrativos. Resolvido. Ok. O segundo ponto é a respeito do Acórdão trezentos e quatorze que foi amplamente discutido na Comissão de Orçamento e no Pleno no qual o TCE considera como despesa com Saúde para efeito do cálculo do percentual mínimo constitucional de doze por cento: o SAS, o HPM e o Programa do Leite. Só para recapitular, receberam um documento do TCE, o Conselho se manifestou mandou um Ofício no sentido que o TCE pudesse reformular o Acórdão, reanalisar essa decisão e o CES reiteraram novamente por meio de Oficio em setembro de dois mil e quinze, e o Despacho do TCE que ele vai ler agora, informa que não receberam a petição do Conselho e a razão que ele expõe “em razão de sua intempestividade tendo em vista que a mesma foi apresentada em doze de fevereiro de dois mil e quinze e que o Acórdão recorrido foi publicado em seis de agosto de dois mil e quatorze extrapolando o prazo regimental para contestação aos termos de decisão desta Corte”. Esta foi a base do TCE não receber a manifestação do Conselho no sentido de reconsiderar aquele Acórdão trezentos e quatorze. E a recomendação que a Comissão traz para o Pleno, por ocasião da análise do Relatório Anual de Gestão dois mil e quinze o CES encaminhe ao TCE sua decisão para que seja anexada ao processo de prestação de contas do Estado. Independente do resultado se cumpriu ou não cumpriu os doze por cento, o CES já encaminhe para anexar este documento para evitar que se repita esta situação. Gostaria que ficasse anotado junto à Secretaria do Conselho. O terceiro ponto que ele traz é que a Mesa encaminhou para a Comissão e eles acreditam que tenha encaminhado para todas as Comissões um documento do MP quanto ao acompanhamento das ressalvas dos Relatórios de Gestão e analisando no que diz respeito a Comissão de Orçamento, informam que a Comissão tem discutido tanto nos Relatórios

Quadrimestrais tanto em chamadas específicas a aplicação do percentual mínimo de doze por cento do Orçamento vinculada à Saúde. O que compete a Comissão de Orçamento tem monitorado. Com relação às ressalvas, é em relação a estas despesas colocadas indevidamente, já trouxeram a discussão do Programa do Leite, já solicitaram e deve estar na pauta a questão do HPM e a abertura dele para clientela do SUS e a questão do SAS não trouxeram ainda porque não entendem que tenham como considerar como despesa em Saúde. E o quarto ponto é com relação ao corte de repasse do MS, não tinha chegado e ficaram sabendo depois e no dia três ou quatro de dezembro o Ministro da Saúde disse que estava garantido o repasse integral, eles sabiam que o repasse seria parcial, o Ministério faria a transferência de cinquenta por cento. A última informação que se tem de hoje, é que não acontecerá nem uma coisa, nem outra. Aí fica inimaginável a situação dos Prestadores **(F9)** a situação é muito critica e é importante o Conselho ter conhecimento disto. **Sra. Rosita (FEMIPA)** na verdade, até pede desculpas por ter feito uma justificativa que chegaria mais tarde por causa do HOSPSUS, esteve lá, mas estava tentando alguns hospitais que estão com dificuldades. No começo do mês fez a explanação aqui, que o MS tinha se comprometido a pagar cinquenta por cento no inicio do mês e os outros cinquenta por cento no mês de janeiro. Já era uma situação bastante difícil e o que ela traz agora para conhecimento é que até o momento não houve nenhum pagamento da fatura. Antes de ontem o CONASEMS e o Conselho Nacional de Saúde, oficializaram junto à Casa Civil do Governo Federal o seu descontentamento e sua preocupação com a grande possibilidade da desassistência no País por parte de todas as instituições hospitalares de qualquer tipologia: pública ou privada, filantrópica, que atendam ao SUS, tem amanhã a data final para pagamento do décimo terceiro salário e isso será impossível de ser feito sem recorrer a empréstimos bancários e na data de ontem existe uma estrutura chamada Junta de Execução Orçamentária, ela se reuniu ontem aprovou os pleitos do MS e vai repassar e vai tomar as providências burocráticas para repassar o recurso para o MS na semana que vem. Na semana que vem o MS vai tomar as providências burocráticas para então fazer o processamento e repassar aos Estados, ou seja, vai chegar aos hospitais só no ano que vem o recurso que deveria ter sido repassado aos hospitais no início de dezembro. Vai ser feito o pagamento que deveria ter sido feito em dezembro, será feito em janeiro. Será pago com um mês de atraso. Ela acha que este Conselho deveria se manifestar a situação ficou muito, muito, muito ruim. Foi uma maneira de empurrar um mês pra frente. A situação está muito difícil. De novo terão que ir aos bancos, terão que pagar juros que não serão ressarcidos, de novo não vão receber recursos, não irão pagar fornecedores. Provavelmente o CRM vai entrar em hospital que não terá material, interditará centro cirúrgico. É um caos. Não consegue nem falar. Recebe telefonema de Diretores de hospital desesperados, de médicos que não sabem o que fazer. Então ela pede manifestação, sem entrar em consideração, não é uma manifestação partidária, não é uma manifestação pessoal contra nenhum governante. Não tem nenhuma conotação, é uma manifestação de quem está preocupado com a Assistência, com quem está preocupado com o SUS de quem está militando neste setor há mais de vinte anos. É realmente inimaginável. Ela pede que se manifestem e não se omitam. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pediu a confirmação se a proposta de encaminhamento é a manifestação. Perguntou o que poderiam fazer, de uma maneira bem rápida e talvez até consistente sem ter que montar, sentar e trabalhar é talvez apoiar a decisão do CONASEMS e do Conselho Nacional de Saúde que está dizendo que é uma situação prejudicial. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** eles que são partidários de uma estruturação do SUS diferente diriam que se fosse dentro de uma Rede Estatal aí a coisa seria a nível governamental, está sonhando sim, porque o direito de sonhar é livre e ela exerce com toda a sua liberdade. Bom, ela não é a favor de nada que fique devendo, e trouxeram durante o ano inteiro a dívida da Saúde para com o cidadão. Seja algumas gambiarras de municípios as gambiarras do Estado e do Tribunal de Contas e as gambiarras do Governo Federal. Só neste sentido ela gostaria que então, a manifestação fosse no sentido de garantir o financiamento total dentro da legislação vigente em qualquer âmbito de Governo e que não haja prejuízo algum para a população em qualquer âmbito do atendimento. Quer a inclusão do geral, pode especificar que a Rede Conveniada ao SUS está sofrendo pela falta de repasse, mas que os sub-financiamentos do SUS faz com que todos os serviços, toda a Atenção à Saúde esteja prejudicada, incluindo aí a falta de repasse do HOSPSUS. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** questionou a Comissão de Orçamento se consegue fazer. **Sra. Sonia (CREFITO)** sugere que a fala da Elaine dá para compilar numa manifestação do Conselho. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** fechou. Os favoráveis favor ergam seus crachás. Contrários. Abstenção. Aprovado. Comissão de Vigilância em Saúde. **Sr. Custódio (UGT)** o assunto

deles é aquela apresentação, já estavam prevendo pelo adiantado da hora não poderão colocar em tela, irão pedir uma pauta para mês de março e a Terezinha vai apresentar um panorama mais ou menos daquela pesquisa que foi feita na Conferência. Porque muitos Conselheiros, muitos companheiros talvez não estarão aqui no ano que vem e ele não gostaria que eles fossem embora sem tomar conhecimento pelo menos em parte daquilo que eles participaram, do preenchimento das fichas e pedem que lá na frente para março, quando fizerem na íntegra, aí eles encaminham os papeis para as Regionais para que elas tomem providências, pois tem fatos de suma importância que não depende só do Conselho, depende de vários setores da sociedade para tomar as medidas cabíveis. **Sra. Tereza Peluso (UEM)** Solicitou à Cleide dados finais da Conferência para poderem finalizar a compilação dos dados. Informou que a Fabiana fará o cruzamento dos dados para inclusão no mês de março. Foram seiscentas e nove fichas preenchidas e devolvidas. Foi traçado o perfil dos participantes, a maioria, pouco mais de cinquenta por cento são mulheres, a maioria tem mais de cinquenta anos e a maioria com nível superior. E desses a maioria se declararam acima do peso, setenta por cento. Trinta por cento se declararam hipertensos, trinta e três por cento se declararam que já se envolveram em acidentes de trânsito, trinta por cento se declararam usuários de celulares ao volante. E vinte por cento se declararam fumantes. Só um dado que acharam muito interessante, que do uso do celular no trânsito, a maioria são trabalhadores, com idade de vinte e seis e quarenta e nove anos, de nível superior e mais de cinquenta por cento destes estiveram envolvidos em acidente de trânsito. Dos fumantes, a maioria são homens, com nível superior, com renda boa e não se consideram dependentes químicos. E outro dado bem interessante, quase noventa por cento considera que tem uma alimentação saudável. Aí começaram a questionar o que cada um entende por alimentação saudável. Esses foram os dados no geral, mas apresentarão os dados mais detalhados. Disponibilizou cópias da compilação por Regional. Lembrou que esta pesquisa não reflete a população da Regional e sim os participantes da Conferência da Regional. Outro dado interessante é que a partir desta pesquisa conseguem trabalhar os dados, por Regional, por Segmento, por fator de risco, dá para fazer uma série de cruzamentos que este trabalho que a Fabiana montará e trará na reunião. Depois posteriormente encaminhar para à Superintendência de Vigilância em Saúde para ver o que realmente dá para fazer, pensar em alguma ação disso também. **Sr. Santo (SINDNAP)** a Comissão está muito preocupada exatamente com a mudança da administração do País, porque a demanda é grande e não tem sentido firmeza na situação já no dia de hoje e o dia de amanhã a preocupação é ainda maior, porque está tendo mudança na parte administrativa do nosso País e não sabem o que fazer com a demanda que hoje está e o dia de amanhã acrescendo o que irá acontecer no dia de amanhã. Perguntou à Sra. Malu se desejava acrescentar. **Sra. Maria Lucia (ASSEMPA)** (falou alguma coisa sem microfone, inaudível de impossível transcrição) **Sr. Santo (SINDNAP)** essa é um dado que eles tem muita preocupação e desta feita então, não tem Segmento para pensar no dia de amanhã porque está na mão deles. **Sra. Sonia (CREFITO)** informou que não participa da Comissão, tem um representante do CREFITO lá, a Ana Cristina que estava junto e mais um informe que o Movimento da Saúde Mental que está sendo feito. É sobre a nomeação do Doutor Duarte Filho que foi Diretor do Hospital Psiquiátrico enorme no Rio de Janeiro que foi fechado em dois mil e doze por maus tratos, por violar os direitos humanos. Existe um Movimento Nacional em relação a esta nomeação, o Conselho Nacional e outras Entidades foram conversar com o Ministro que não aceitou trocar o nome do Coordenador então, hoje à tarde, uma e meia, haverá uma manifestação na Praça Rui Barbosa para este Movimento e também está sendo disponibilizado, e ela passou para o *e-mail* do Conselho e se este autorizar repassar para todos os Conselheiros e Conselheiras, divulgando para os seus Municípios que é uma petição de assinatura em relação a isso e uma nota explicativa o porque deste Movimento. É mais um informe e se o Conselho concorda em estar se manifestando em relação a esta situação nacional. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** foi um informe, mas no final tinha um encaminhamento de manifestação deste Conselho. Ele não sabe, mas ouviu dizer que tem várias Entidades que fizeram manifestações a respeito deste assunto. Não sabe se o Conselho Nacional chegou a fazer. **Sra. Sonia (CREFITO)** informou que o Conselho Nacional se reuniu com o Ministro e representantes de várias Entidades para fazer com que ele compreendesse a preocupação do caminho que pode se tornar a Saúde Psiquiátrica ou não, que é de voltar pra trás e o Ministro disse que não irá mudar. Então a mobilização está sendo nacional, o Conselho Nacional já se posicionou a ABRASME Associação de Saúde Mental, o Conselho de Psicologia, enfim várias Entidades, o CREFITO também está apoiando a essa questão da luta, que a reforma continue no seu processo e seria

assim uma posição mesmo do que o Conselho Estadual de Saúde do Paraná se corrobora com esta decisão e também de poder distribuir e divulgar essa manifestação para os seus Municípios para se mobilizar também em relação a esta situação. Porque senão irá realmente fazer um retrocesso. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pediu para que ela elaborasse um texto que encaminhe via *e-mail*. **Sra. Sonia (CREFITO)** informou que encaminhou para o *e-mail* do Conselho um documento que ela recebeu fazendo uma petição das Entidades que estão a favor disso e explicando o que é e porque é direitinho. Acha que isso poderia ser divulgado e colocado posição do Conselho. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que acha que dá sim. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** pediu para fazer uma sugestão. Algo bem simples, é o Conselho se manifesta desfavoravelmente a nomeação do Sr. Tal, Coordenador da Saúde Mental do Ministério da Saúde e defende os princípios da reforma psiquiátrica. É uma coisa muito simples. Mas, essencial essa mobilização nacional. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pediu para colocar no *site* porque isso é importante. Perguntou se tem alguém contrário. Os favoráveis erguer seus crachás. Contrários. Abstenção. Aprovado. Só para deixar bem claro, foi escolhido para Coordenação Nacional de Saúde Mental um ex-Diretor daquilo que eles tem pavor até de falar, do manicômio que tinha todas as características que vem defendendo durante anos de não existir mais. Ou seja, que é contrário a própria política do Ministério da Saúde, totalmente contrário à política do MS. Foi um espanto, ninguém entendeu nada. E como já foi falado e o Ministro já disse e afirmou convicto da nomeação que ele fez. **Sra. Cleide (SESA)** só para colocar, fazer um relato a questão da participação da Delegação do Paraná na Conferência Nacional. Eles, dias antes da Conferencia a Comissão da Conferência Nacional, fez um contato com a Secretaria Executiva solicitando que fosse indicado o nome de uma pessoa que fosse o representante desta Delegação. A Mesa Diretora sugeriu o nome dela e ela foi como representante. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** pediu para explicar. Tinha uma Comissão eleita, conforme combinaram, da Conferência Estadual até a Conferência Nacional a Coordenação se manteve. Então não foi uma escolha ao léu, foi colocado aquele que já tinha sido determinado pela Plenária. **Sra. Cleide (SESA)** e aí quando começou a ficar com a preocupação dias antes da viagem para a Conferência, se deu conta de que não tinha informação alguma sobre da estruturação da Comissão lá em Brasília, como seria. O recebimento, onde estariam hospedados e tudo o mais. Na segunda-feira de véspera, continuaram ligando, quando no período da manhã, informaram por telefone que toda a Delegação do Paraná, ficaria no hotel tal, primeiro eles falaram que seria no Transamérica The Sun, toda a Delegação do Paraná ninguém estaria fora deste ambiente, toda a delegação estaria junto. Por favor, mandem por escrito o resumo não mandaram e ficou por telefone mesmo. Mas eles tinham o contato telefônico dela e eles pediram e eles encaminhariam inclusive com a orientação que estariam se reunindo lá. Chegaram no primeiro voo, das sete horas e ficaram perto de duas horas de aguardo para o translado na fila, porque teve problema de translado, foi muito complicado, todos ficaram em torno de duas horas para poder pegar o ônibus, na fila. Foi todo mundo para o Centro de Convenções, ela já foi atrás de quem era da Coordenação da Organização para poder se apresentar e saber se tinha alguma orientação, nada, não tinha, não conseguiu muita coisa. Então, o grupo chegou até às quatorze horas e ninguém foi para o hotel e ficou combinado de pegar o transfer no final da abertura que seria por volta de vinte uma horas e trinta minutos o primeiro ônibus do transfer que se dirigiria para os hotéis. Ela pensou em ir conhecer este hotel antes, pegaram um táxi e foram até lá para ver porque todo mundo começou a ficar ansioso, perguntando e perguntando. Chegando lá, constataram que a recepção tinha uma dificuldade imensa em recepcionar as pessoas visto que eles tinham mudado a bandeira do hotel no dia anterior e todo o sistema estava sendo implantado naquele dia e eles tinham perdido toda a listagem de hospedagem e tudo o mais. Chamou o gerente, falou que a Delegação do Paraná, chegaram cento e quarenta pessoas no mesmo horário, se ele tiver a dificuldade apresentada agora, não irá conseguir recepcionar este pessoal. Ele garantiu que conseguiria recepcionar até quatrocentas pessoas no mesmo momento. Ok, ela aceitou. Voltou para o Evento, avisou todos os que encontrou, quem tem possibilidade de dividir um táxi, vá no hotel e faça o seu *check in* porque ela ficou preocupada com o andamento da recepção lá. Quando o grupo foi por volta de vinte e uma e trinta,quando o transfer foi liberado, chegando lá a demora de fazer a recepção das pessoas foi em torno de quatro horas. Teve pessoas que foram colocadas nos quartos às três da manhã praticamente. E só neste momento tiveram conhecimento que João Francisco que é portador de deficiência física não estava naquele hotel. E a Coordenação da Conferência Nacional, o Tiago estava lá ele também não conseguiu informar. Desde o início tentou uma conversa com o Gerente do hotel para tentar uma forma

alternativa que não fosse via sistema, ele não acatou, era a dinâmica deles. Não tiveram como interferir, de manhã procurou a Coordenação, o Wagner que era Coordenação geral de hotelaria ele disse a ela que tinha que ter feito contato com ela para avisar que deficientes físicos não ficariam lá, ela falou que ligou e a última vez que falou com eles foi às cinco da tarde. Não mandaram nada por escrito. Ele rebateu que não deu tempo. Ele disse que ela não tinha perguntado se o deficiente físico ficaria junto. Ela perguntou o tempo inteiro a Delegação do Paraná ficará toda junta. Ele disse que a Delegação ficaria junto, ela respondeu que até onde ela sabe, o portador de deficiência física é integrante da Delegação. Enfim, foram tentar realocar o rapaz para o hotel, eles falaram que só disponibilizar o transfer à tarde quando for o transfer para os hotéis, o objetivo é atender o coletivo e não o individual. Pegaram um táxi, foram pegar as coisas do João e foram no hotel que eles encaminharam, chegando lá tinham uma dificuldade, porque eram dezoito quartos para cadeirantes que estavam reservados e lotados inclusive. Esse rapaz estava com a vaga garantida, mas providenciaram para estes dezoito cadeirantes, duas cadeiras de banho e então quando foram conversar com a governança, com o Gerente do hotel e ele disse que era o melhor hotel de Brasília **(F10)** o João contestou e falou que seja o melhor hotel, mas quando falaram que tinha acessibilidade, entenda-se que cadeira de banho no quarto de cadeirante é essencial e teve como resposta da Gerente do hotel, que não custava nada revesar as cadeiras entre a própria Delegação. Então o João levantou novamente a questão questionando a ela se sabia quanto tempo demorava o banho de um cadeirante, ela disse que ele poderia ser mais breve e ele respondeu que não conseguia tomar banho com menos de uma hora, porque usa a cadeira para ir ao vaso sanitário e explicou todo o processo, e como poderiam dividir com nove pessoas. Ela então disse que tentariam resolver o problema, mas que o problema não era do hotel e sim da Comissão da Delegação. As dificuldades encontradas nessa questão de infraestrutura, transfer, etc... o que mais surpreendeu foi colega, da Comissão, dizer para ela no hotel que a culpa do funcionamento do hotel estar equivocada era dela por não pular para dentro do espaço do guichê do hotel, da recepção ou garantir que se o Ministério estivesse errado ela tinha que garantir o pagamento com verba do Paraná. Ela até onde saiba, no Paraná, nem ela nem ninguém tem autonomia para dizer que iria pagar toda essa conta de todo mundo. (alguém pediu para que ela citasse o nome da pessoa, colega) ela respondeu que era da entidade SINDSAÚDE, o Sr. Amauri. Explicou para ele, falou que não pode.... E teve como resposta “faltou atitude sua, faltou atitude do Sezifredo, porque se tivesse garantido o pagamento”. Ela está falando de uma coisa que aconteceu com ela, não está pedindo, não está colocando por ele não estar presente, mas tem testemunhas neste fato ocorrido. A organização da Conferência Nacional era da Conferência Nacional. Então quando alguns foram reclamar para ela, ela disse, sinceramente não tinha o que fazer. A não ser ir atrás da organização e dizer que faltou comida, etc.... Entende até que houve por parte de muitos Delegados, deselegantes, de tirar o cesto inteiro de frutas não pensando nos demais que estavam ali, mas isso também faz parte da organização. Na questão do trabalho de grupo, a Coordenação do trabalho no grupo que participou, pediu que alguém auxiliasse na Coordenação da Mesa justificando que a Mesa tinha que ser paritária. Então encontraram um trabalhador, um usuário e faltou um gestor. Ela se pronunciou como sendo Gestora, mas que não entendia como se daria a discussão, nem como seria organizada a discussão, então a moça Coordenadora disse que também não sabia por que tinha sido chamada no dia anterior. A dificuldade de participar da Conferência foi muito grande. A entrada da delegação do Paraná. A maioria dos Delegados do Paraná estavam identificados com suas camisetas. O pessoal do SINDSAÚDE fez a opção de momento algum estar identificado com camiseta da Delegação do Paraná. Só está colocando uma situação definida em Plenária, em que toda a Delegação estaria identificada com a camiseta. E depois tinha sido aprovado o Regimento da Conferência que iniciaria os trabalhos de grupo no início da manhã. No início da manhã do último dia, aprovação das propostas, fizeram alteração de pauta, colocando a aprovação das Propostas para o início da tarde e colocaram a aprovação das Moções para o início da manhã, foi uma confusão. Houve a modificação, a partir das duas da tarde que se deu início novamente, a continuação das Moções para aí sim, ir para aprovação das Propostas. Os voos eram às oito, os transfers eram três horas antes, saíram antes das cinco horas e ainda tinha um monte de Propostas para serem aprovadas. Por conta disso, eles que chegaram e discutiram que vários Delegados fizeram relatos, acharam que tinham que fazer uma manifestação do Paraná, deste Conselho. Foram inúmeras vezes que quando eles no Pleno se manifestavam o Paraná eram citados como sendo Delegados de elite, era uma situação constrangedora, foi de uma tristeza enorme. A Proposta, três

Propostas do Estado que não foram incluídas e que fizeram recurso. A Proposta da Tríplice Fronteira, nem teve contra argumentação, disseram apenas que era problema do Paraná. Perceberam que os grupos do Paraná participaram de fato, compareciam, não havendo abandono dos grupos da Delegação, as pessoas ficaram. Teve um grupo de trabalho que foi até depois das sete da noite e lá estava a Delegação do Paraná. Os Delegados só iam ao hotel quando realmente as atividades tinham encerrado. O grupo está de parabéns, a Delegação foi e tentou representar o Paraná, agradeceu a todos os que foram e sofreram juntos, mas que estavam presentes e solidários e juntos. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** vai passar a palavra ainda para a Comissão e depois já tem inscrição da Elaine. Tem uma coisa muito positiva que não podem esquecer. Todos os Delegados do Paraná começaram a falar que a Conferência do Paraná foi maravilhosa. Que se eles achavam alguma coisa errada, mas perto do que foi lá, foi a pior Conferência que ele já foi, contando municipal, Estadual e Nacional sobre tudo. Teve um momento em que os Delegados foram proibidos de entrar na Conferência. Delegados proibidos de entrar na Conferência. Isso foi o mais grave. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** interrompeu pedindo para a Mesa intervir por causa do tempo avançado. E essa reunião está proposta para terminar às treze horas. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que vai passar a palavra para Nilson e Maurício e tem Elaine e Amauri inscritos. Passou orientações de vans para aeroporto e hotel. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** como foi representando o Paraná na Relatoria, foi ele e a Márcia, ela por ordem do Relator Geral e como ela era delegada também, atuou nos grupos de trabalho. Ele foi apenas para atuar na Relatoria. Os Coordenadores, a maioria foi escolhida ao meio-dia do dia de início dos grupos às quatorze horas. E a maioria dos Conselheiros Nacionais não sabia da organização do Evento, e não passaram nenhuma informação nem para quem estava na Relatoria. Em relação à entrada não foi só os Delegados, o pessoal que estava na organização, pessoas da Relatoria não foi permitida a entrada na Conferência. Mesmo assim, muitos que estavam na Relatoria dos Estados não conseguiram almoçar porque não tinham como ficar na fila e ir para os grupos de trabalho. Ele mesmo conheceu um Coordenador na sala dos grupos de trabalho no início do grupo porque não tiveram reunião antes. Teve bastante dificuldade, porque trabalhar na Relatoria desta forma é muito complicado. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** informou que este relato foi composto pelo recebimento de outros relatos por parte dos Delegados que se deslocaram até Brasília. “Manifesto de Delegados do Paraná em relação a fatos ocorridos na Décima Quinta Conferência Nacional de Saúde no processo de construção do Sistema Único de Saúde, as Conferências de saúde são espaços democráticos de mobilização social e cumprem um papel relevante para consolidação das conquistas no campo da Saúde Pública brasileira, sustentando os princípios e as diretrizes que asseguram a afirmação do pleno direito à Saúde. Movidos por este espírito que sustenta desde os anos oitenta o processo da reforma sanitária brasileira, o Estado do Paraná realizou a Décima Primeira Conferência Estadual de Saúde do Paraná, entre os dias dezoito a vinte de agosto de dois mil e quinze, tendo como tema central: Saúde Pública de Qualidade para os Paranaenses. O Encontro contou com a presença de mil duzentos e dezesseis delegados, representantes de Usuários, Trabalhadores, Prestadores e Gestores de Saúde. Além de cento e vinte observadores e quarenta e seis convidados. Que durante os três dias de Evento debateram de forma democrática e organizada as propostas para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde no Estado e no País. Além de eleger e homologar as Instituições, Órgãos e Entidades que farão parte do Conselho Estadual de Saúde do Paraná na Gestão dois mil e dezesseis a dois mil e dezenove, aprovou trezentos e noventa e oito Propostas das quinhentas e noventa e seis oriundas das Conferências Municipais de Saúde e definiu os cento e quarenta Delegados Estaduais que legitimamente foram levados à Décima Quinta Conferência Nacional de Saúde que ocorreu entre os dias primeiro a quatro de dezembro em Brasília. Estas propostas resultantes do embate democrático expressam no conjunto o pensamento do povo paranaense no que se refere a expectativa de assegurar o exercício ao direito à Saúde. Por decisão da Conferência foi definido que a participação do Estado deveria ser identificada pelo uso de camisetas verdes por fazer parte dos Delegados paranaenses. Embalados por estas expectativas a Delegação do Paraná chegou a Brasília onde suas esperanças foram frustradas desde o início quando se depararam com graves problemas que comprometeram a lisura e a garantia democrática de manifestação dos seus Delegados. Como exemplo desta situação são enumerados fatos que merecem a desaprovação dos Delegados e que prejudicaram a sua participação na Conferência, destacando-se as seguintes situações: em relação à garantia de manifestação democrática, clara manifestação política partidária da Mesa Diretora da Conferência com acirramento entre os

favoráveis e não favoráveis ao Governo. Manifestações de caráter preconceituoso em relação aos Delegados do Paraná, sendo taxados de representantes das elites sem considerar a pluralidade da nossa representação. Agressão verbal e física a Delegados do Paraná que pacificamente se manifestavam com as convicções em relação às falas dos oradores. Ameaças e agressão verbal a Delegados feitos por pessoas identificadas como apoio da Presidência da República. Coordenadores das Mesas de trabalhos composições francamente partidárias e sem o devido preparo para a condução democrática dos trabalhos. Agressões físicas e verbais a pessoas que se manifestaram democraticamente em oposição à Presidente. Cerceamento do acesso de Delegados à Plenária quando já havia sido iniciado o processo de votação de Moções. Tensão pela presença ostensiva de policiais, revista e necessidade de passar por detectores de metais resultando em demoradas filas para acesso às Plenárias. Esvaziamento da Plenária Final em virtude da alteração de Programação. Em relação à organização, os locais de hospedagem foram oficialmente conhecidos apenas na chegada a Brasília. Foram contratados hotéis sem infraestrutura de atendimento na recepção o que resultou em esperas de até quatro horas para acesso aos quartos por parte dos Delegados. Delegados que chegaram tarde não receberam refeições, sendo que alguns não tinham recursos financeiros para custeio de sua alimentação. Hotéis para pessoas com deficiência sem infraestrutura para atender as necessidades dos hospedados. Longas filas de espera para alimentação com falta de comida para os Delegados. E trabalhos em grupos com atraso de até duas horas em função da falta de estrutura, de apoio com projetores, sistema para votação e falta de Coordenadores de grupos. Este relato consolidado é a expressão de diversas manifestações feitas por Delegados do Paraná representantes de Prestadores, Gestores e Usuários que constrangidos pelos fatos relatados não se sentiram com plena segurança para manifestar seus posicionamentos e temem que as manifestações de cunho partidário que prevaleceram na condução dos trabalhos desta Conferência possam influenciar nos objetivos legais desta Conferência Nacional de Saúde rompendo com a tradição democrática e a diversidade que sempre conduziu a construção do processo de reforma sanitária brasileira". **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que vai abrir a palavra para depois encaminharem. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** então vai ao debate democrático. Em relação ao Amauri, ele saiu daqui, da casa dele, por volta das cinco da manhã, ele e a Ethiene perderam o voo, o SINDSAÚDE pagou a diferença para eles pegarem outro voo, porque eles se perderam, porque foram pegar a Talita e a Maritzia, fizeram um comboio, eles não tinham feito *check in*, a Maritzia e a Talita que eram da sua Delegação embarcaram no voo das seis e os outros ficaram até meio-dia aguardando o voo aqui. Isso estressa, acordou às cinco da manhã, quatro da manhã, perdeu o voo, passaram a tarde em São Paulo chegaram em Brasília às vinte horas, foram para a abertura da Conferência e chegaram ao hotel junto com eles, a única refeição do dia, foi jantar eram vinte e duas horas, assim como ele e a Ethiene estavam junto com o Amauri. Ela não se manifestou, o Amauri fez talvez por uma personalidade, ou talvez por cansaço, pois ele chegou às onze horas da noite no hotel e conseguiu entrar no quarto junto com o outro Amauri, do Conselho, lá pelas duas horas da manhã. Então assim, ele fez errado, pode ter feito, mas as condições também é importante avaliar. Ela quer também registrar que a Cleide estava num quarto duplo, a Talita e a Maritzia, e que agradeceu na frente da Elaine, que elas ficaram no quarto duplo, as ruins do SINDSAÚDE porque há uma retaliação é evidente, porque os ruins todos falam, mas o fato de terem deixado a Cleide num quarto individual e elas ficariam num quarto duplo não veio a público, ninguém fala. Concorda que a Conferência foi ruim, mas não é só pela questão da infraestrutura, é por conta de que na sua avaliação e na avaliação que fizeram o tempo todo não só com o SINDSAÚDE mas também com a Frente Nacional, porque estavam articulados com um pensamento e não com áreas geográficas, qual era o pensamento deles, tinham que estar lá para defender os princípios do SUS da Oitava Conferência Nacional de Saúde e por isso estavam reunidos em vários momentos, teve reunião da Frente Nacional em que ficaram após a Conferência e inclusive com outras pessoas que também compõem a equipe da Delegação do Paraná que foi para lá. No último dia, quer dizer aqui, a Mesa de Abertura da Conferência foi ruim, a Mesa da manhã com Ministro e com outro Marcio Costman, foi horrível. Não ter debate depois das apresentações foi horrível, as Mesas, as Oficinas, os Diálogos Temáticos, todo o SINDSAÚDE participou da mesma que era sobre a terceirização e privatização foi ruim porque teve pouquíssimo tempo para debate. Acha que muitas vezes o Conselho Estadual de Saúde do Paraná não tem autonomia frente à Gestão assim como o Conselho Nacional infelizmente deu um péssimo exemplo de não ter autonomia frente ao Governo Federal e se tem alguém aqui que está sendo, que não é pautada por político partidária por mais que todo mundo possa ter o seu

partido, são eles. Porque se fosse com o Beto Richa queria ver o que tinha sido. Mas estão criticando o Conselho Nacional assim como criticam o Conselho Estadual quando não demonstra autonomia e independência frente ao Governo. Quer dizer que as suas camisetas e inclusive tem conselheira que pediu e está guardada no porta malas do seu carro, pois se ela estivesse presente ela receberia e as outras duas estão ali, também no seu carro e se alguém quiser vai lá e pega e só não vai entregar uma pois é de uma Conselheira que não está presente hoje, agora, veja não usar a camiseta do Paraná, não significa não estar na Conferência os quatro dias, não significa não participar dos debates os quatro dias, não significa aliás o último grupo a sair da Conferência na sexta-feira às dezoito e trinta foram eles. O Amauri, a Ethiene, a Maritzia e a Elaine. Porque o voo do Daniel era antes e o voo da Maritzia ela adiantou por conta de um problema com o filho dela pois como todos sabem esteve internado na semana anterior, quatro dias no Pequeno Príncipe. Queria apenas dizer o seguinte: acha que considerando que não foi realmente a Conferência que todos gostariam e isso pode dizer que não é no particular é no plural, também tem que dar um elemento que pelo menos no debate deles apareceu, não lembra se surgiu no Pleno ou não, dizem que, não está afirmando, dizem que a licitação foi vencida por uma empresa e esta empresa disse, uma semana antes que ela não iria fazer o Evento e que eles tiveram que recorrer até a Polícia, Ministério Público, sabe lá o quê, até chegar na quarta colocada. Não podem esquecer disso que talvez não possam generalizar que o Conselho Nacional inteiro não se entendeu para fazer um debate mais adequado e acha que precisa sim de chegar ao Conselho Nacional as críticas pertinentes, agora, as críticas pertinentes a respeito lhe parece que sejam referente ao debate, da falta de debate da falta de uma organização que dê conta de debater e dar espaço para os participantes poderem expressar suas opiniões não quer defender ninguém só acha que não dá para falar as coisas sem olhar o outro lado. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** Elaine, pediu que fosse cuidado do tempo e ele deixou o tempo rolar, foi teu próprio pedido e ela mesma utilizou deste tempo. **(F11) Sr. Amauri (ANEPS)** dizendo assim, Conselho Estadual de Saúde do Paraná, tem que ter muito cuidado com essas patrulhas partidárias pois tira o foco do Controle Social e perceberam que isso aconteceu lá, não podem permitir que aconteça aqui no Conselho, pois os interesses são outros, é a defesa do SUS. A Conferência deve ser avaliada, deve sair algo do Paraná sim, mas muito cuidado com este confronto político partidário e que inclusive foi peça em Brasília quando citaram o Paraná. Mas, a sua indignação foi o maltrato junto ao hotel, ficou muito indignado quando algumas senhorinhas foram muito maltratadas e ele surtou, pois surta como qualquer pessoa. Então ele disse ao hotel “ou vocês dão conta, ou eu pulo aí dentro e resolvo o problema do Paraná”. Aí eles baixaram a bola, inclusive eram da Região do Neto as senhorinhas, uma senhora negra, ela não percebeu isso, mas ela foi veemente discriminada por ser uma senhora de cor, ele ficou muito indignado na hora e disse que se não tinham competência era para largar o osso. Porque alguém toca. O hotel é muito bonito, belíssimo, porém o fator RH passava longe lá. Aí talvez, enquanto Delegação, enquanto companheiros, não se uniram naquela hora. Esse mesmo Amauri que se coloca, estava dormindo até duas e meia da manhã no *carpet* do *hall* de entrada com mais “*trocentos”* paranaenses. Então sair do Paraná, construir o que construíram para serem delibados na logística porque o Conselho Nacional e empresa se desentenderam e eles sabem que esse é o fato, mas que não é o fato. Devem ponderar, analisar e entender que se tira a população do Paraná minimamente, independente de quem quer que seja, devem estar juntos. E a indignação das senhoras lá, foi medonho, a hora que ele surtou, vieram pessoas falar para ele que deveria ter dito mais, mas ele teve que se segurar para não dar na cara do rapaz. Que se ele fizesse isso, ele teria perdido qualquer direito como pessoa civilizada, mas que a pessoa merecia um “pé de ouvido”. Ele ficou bastante indignado. É difícil quando está fora do seu território, da sua base e essa Conferência trouxe isso porque estavam numa encruzilhada do Brasil. Estavam todos lá, todas as alas, alas pró, alas contra, alas que querem derrubar o SUS, virou uma “Torre de Babel”, e achavam os daqui perdidos, sendo avacalhados e até humilhados. Se solidariza com algumas questões, mas fica pensando, para a próxima Conferência devem ponderar isso, talvez o Conselho, deva tomar para si algumas coisas quando tirar a Delegação do Paraná. Lá mesmo, dentro dos debates, eles percebiam a decepção dos paranaenses diante do que estavam vendo, diante do que estava acontecendo. Não foram só as manifestações políticas que atrapalharam o processo, precisam analisar o todo. E o todo é esse, o povo é simples, muitos dos paranaenses eram pessoas simples e que estavam viajando pela primeira vez de avião, estavam saindo a primeira vez do Paraná, então acha para além da Conferência, para além do debate, para além de toda essa questão, devem observar com mais

carinho, falam tanto em humanização e não conseguem olhar para o outro como sujeito daquele momento. Era esse seu desabafo. **Sr. Lincoln (SINDPREVS)** bem objetivo, em relação ao documento lido, não se sente absolutamente à vontade para votar um documento deste e pediu para remeterem às Entidades para que pudessem consultar seus delegados que foram nesta atividade, que estes Delegados possam esclarecer até que ponto este Documento tenham questões que realmente aconteceram ou não, porque não estava lá, não viu o que aconteceu, não teve tempo hábil para conversar com os Delegados que foram e aí enquanto Entidade, para poder se manifestar, no mínimo é ouvir os que participaram de todas as atividades. Essa é a sua proposta, que este Documento seja remetido às Entidades para que elas possam se manifestar dentro de suas estruturas próprias. Uma última coisa antes que encerre, no ponto anterior quando falaram do Curso de Formação de Conselheiros, achava importante, o momento oportuno, que o Caderno de Formação de Conselheiros fosse fornecido a todos os Conselheiros. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse a título de informação que já é um novo Caderno e será entregue a todos os Conselheiros e no final de janeiro será entregue aos que estão saindo e para os que estão entrando junto com a Certificação. Ele acha que o Documento agora, fica difícil votar, porque a Plenária está esvaindo, ou diminuída, mas acha que podem encaminhar, não tem essa necessidade de votar agora, mas o importante é chegar ao Conselho Nacional uma manifestação. Acha que enviar para as Entidades é melhor, porque aí as Entidades podem se manifestar e em fevereiro este Conselho volta já com este Documento para votação, pode ser? Ele acha que não tem essa pressa de quererem entregar e dizer “olha nosso Documento é esse”, eles elaboraram um Documento e podem entregar em janeiro, fevereiro ou março. O importante é o Paraná dizer: “olha, algumas falhas aconteceram e nós queremos relatar até como crítica construtiva” ao Conselho Nacional. **Sr. Jeremias (HU-UEL)** é com relação a nova proposta colocada. Ele teme que tenham o momento, deixar para depois, deixar, deixar e tem essa preocupação. Em sua opinião, ele acha essencialmente que transformaram a Conferência Nacional num palanque pró-Dilma. Com todo respeito, não está falando de partido. Ele acha que caberia uma atitude muito mais grave junto à Polícia Federal, uma coisa muito mais séria, na sua avaliação. Ele ouviu com atenção o Documento e concorda, mas se preocupa que se protelar a entrega, percam o momento. **Sr. Antônio Garcez (COSEMS)** disse que pelo encaminhamento do Jeremias, acha melhor colocar para a Plenária definir. Ela quer aprovar ou ela não quer aprovar hoje e no segundo momento aprovar. Colocou em votação. Conselheiros favoráveis à aprovação do Documento lido em Plenária, favor erguerem seus crachás. Conselheiros favoráveis à construção deste Documento com prazo maior a ser votado em fevereiro, favor erguerem seus crachás. Aprovado o Documento que será remetido à Comissão Organizadora, por quatorze a doze. Passou aos informes. Não houve informes. Finalizou a reunião, desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero dois mil e dezesseis. O áudio desta reunião está disponível para consulta na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nesta reunião estão disponibilizadas no *site* do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).